

ISP & ESG

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: ESTRATÉGIAS QUE ALAVANCAM A AGENDA ESG

REALIZAÇÃO:



APOIO MASTER:



APOIO:



PARCERIA TÉCNICA:



FICHA TÉCNICA

Iniciativa e Realização

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Coordenação Geral

Luisa Gerbase de Lima
Marina Zanin Negrão
Paula Jancso Fabiani

Análise de Dados

Gabriel Bianco
Marcelo Modesto
Yasmim Araujo Lopes

Conteúdo

Lavínia Xavier
Luisa Gerbase de Lima
Marina Zanin Negrão
Marcelo Modesto

Artigos

Andrea Hanai
Daniel Barretti
Denise Carvalho
Felipe Insunza Groba
João Ricardo Ribas de Moraes
Marcelo Modesto
Marcos Alexandre Manoel
Mauricio Colombari
Patricia Loyola
Renato Souza
Whilla Castelhana

Projeto Gráfico e Diagramação

Tati Valiengo
Tiago Solha

Revisão

Ana Paula Drumond Guerra

AGRADECIMENTOS

O estudo '**Investimento Social Privado: estratégias que alavancam a agenda ESG**' é uma iniciativa e realização do IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, e foi viabilizado com o apoio de parceiros e especialistas internos e externos que aportaram recursos e conhecimento.

A geração e disseminação de conhecimento é um dos pilares para o atingimento de nossa missão. Por meio de publicações, notas técnicas, artigos, cursos, capacitações e eventos, inspiramos, apoiamos e ampliamos o investimento social privado e seu impacto. E para projetos mais profundos, contamos com parceiros, que têm um papel fundamental para que sejam viabilizados.

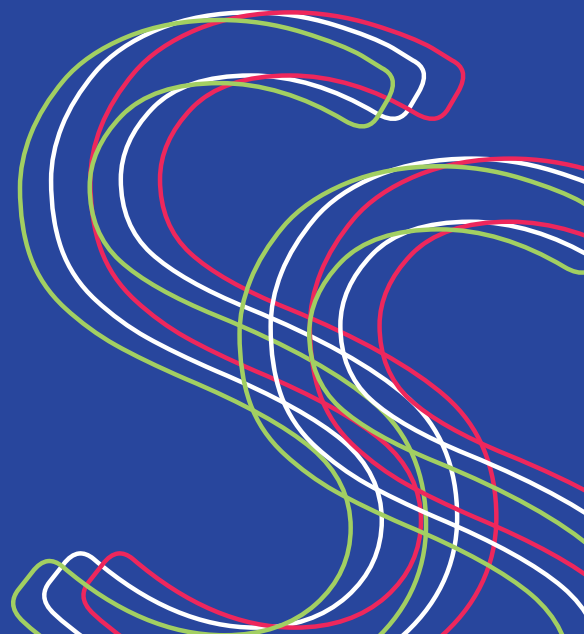
Agradecemos ao Movimento Bem Maior, que, com muita confiança e parceria, está apoiando a realização de todas nossas iniciativas nesta frente em 2024, incluindo este estudo.

Agradecemos também à PwC, pelo suporte técnico e financeiro para a realização deste estudo e por abrir sua casa para o lançamento.

À Comunitas, parceira de longa data, nosso muito obrigado pelas trocas desde as primeiras ideias. E não poderíamos deixar de citar o João Moraes, coordenador do BISC - Benchmarking do Investimento Social Corporativo, pela generosidade e inúmeras trocas e reflexões.

E nada seria deste estudo sem os dados gentilmente cedidos pela B3 e sem a dedicação da ABC Associados, que nos apoiou na compreensão da base de dados para construção dos gráficos presentes nessa publicação.

Especial agradecimento também à equipe do IDIS envolvida nesta jornada, trazendo sempre novos pontos de vista!

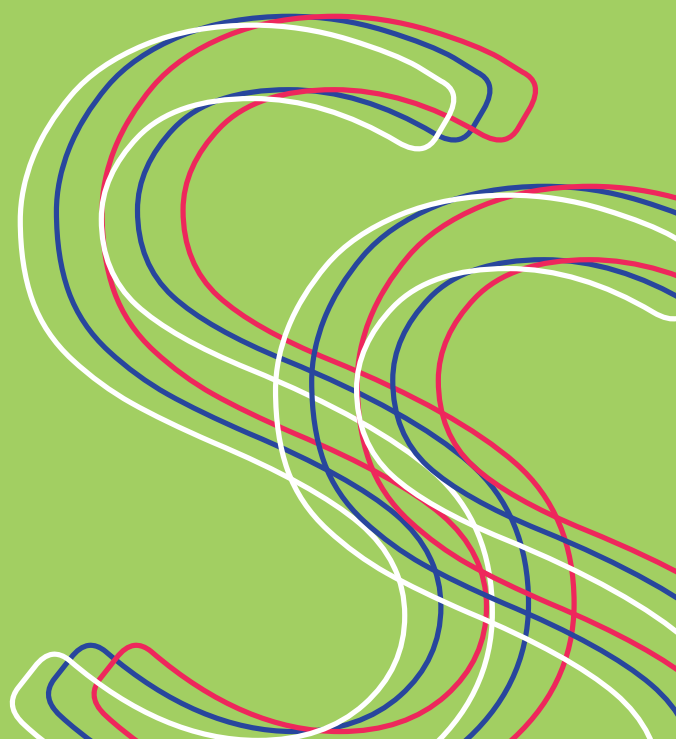


ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO | 5 |
| 2. METODOLOGIA E AMOSTRA | 7 |
| 2.1 ISE B3: o que é o Índice de Sustentabilidade Empresarial da bolsa de valores do Brasil | 8 |
| 2.2 Glossário | 9 |
| 2.3 Base de dados | 11 |
| 2.4 Como interpretar os gráficos | 14 |
| 3. EVOLUÇÃO DO ISP DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O ISE B3 | 15 |
| 3.1. Posição do ISP na composição do Índice | 16 |
| 3.2. Evolução das práticas de ISP no triênio 2022 - 2024 | 18 |
| 4. RELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS DE ISP E A PERFORMANCE NO ISE B3 | 23 |
| 4.1 Existência ou não de veículo filantrópico | 25 |
| 4.2 Relacionamento com a comunidade | 28 |
| 4.3 Avaliação de impacto | 34 |
| 5. COMPARATIVO POR SETORES ECONÔMICOS E NATUREZA DAS EMPRESAS | 39 |
| 6. PONTOS DE VISTA PARCEIROS | 46 |
| 6.1. Desafios e Oportunidades: O Investimento Social Privado como Agente de Transformação - PwC | 47 |
| 6.2 Indicadores de ISP são estratégicos para fortalecer agenda do desenvolvimento sustentável - Comunitas | 49 |
| 7. ESTRATÉGIAS DE ISP QUE ALAVANCAM A AGENDA ESG | 51 |
| 7.1 Principais achados do estudo | 52 |
| 7.2 Mapa estratégico e recomendações finais | 55 |

1

APRESENTAÇÃO



Como as práticas de investimento social privado (ISP) e cidadania corporativa se correlacionam com a performance em sustentabilidade empresarial? Há mesmo uma sinergia entre o ISP e a Agenda ESG (sigla para Environmental, Social and Governance, no português Ambiental, Social e Governança)? E, em caso afirmativo, é possível quantificar essa influência? Buscando responder a esses questionamentos, temos o prazer de apresentar a primeira edição do estudo **‘Investimento Social Privado: estratégias que alavancam a agenda ESG’**.

Compreendemos que a correlação entre as práticas é complexa e multifacetada. Há muitas hipóteses sobre a adoção de estratégias consistentes na Agenda ESG, assim como há muitos bons exemplos. Igualmente, há uma profusão de eventos, que reúnem uma miríade de porta-vozes que relatam experiências de sucesso e aprendizados. Como consultores e promotores do fortalecimento do Investimento Social Privado, acompanhamos todos esses movimentos e aprendemos muito com eles, mas sentíamos falta de mais dados. Existem estudos, claro, mas eram poucos os números que contribuíssem a uma análise mais objetiva, que indicassem caminhos para uma atuação mais estratégica e assertiva, e que fosse relacionada ao nosso tema primário - o ISP.

Para encaminhar essas dúvidas, nos debruçamos sobre os dados do ISE B3, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da bolsa de valores do Brasil. Estabelecido em 2005, é atualmente o maior índice de sustentabilidade do país e foi o quarto a ser criado no mundo, passando periodicamente por revisões e análises conforme as demandas da sociedade e do mercado.

Para fins deste estudo, concentramos a análise do triênio 2022 - 2024, considerando 59 tópicos e suas correlações com a nota final das empresas no ISE B3 para entender a contribuição de cada variável ao desempenho de sustentabilidade da organização respondente. Confirmando nossa hipótese, identificamos que as práticas de Investimento Social Privado (ISP) figuram consistentemente entre as dez primeiras colocações das maiores correlações. Com esse achado em mãos, e agora a partir de dados quantitativos, reforçamos uma defesa que o IDIS e outros atores do ecossistema filantrópico vêm fazendo há anos e apresentamos novos elementos para uma atuação mais estratégica e potente.

Há 25 anos trabalhando em prol do fortalecimento do ISP, o IDIS acredita que para promover transformações socioambientais positivas e longevas, as doações devem ser realizadas com planejamento estratégico ancorado em dados, com indicadores pré-definidos, execução cuidadosa, monitoramento dos resultados e avaliação do seu impacto. Isso faz com que haja uma via de mão dupla quando o assunto é Agenda ESG e ISP. Ao passo que a primeira contribui para decisões - o ISP traz materialidade e mostra-se relevante para o atingimento de metas e compromissos ESG.

A partir deste novo estudo, exploramos a temática em profundidade, agregando elementos de outros estudos e destacando as limitações impostas pelos dados.

Boa leitura.

2

METODOLOGIA E AMOSTRA



2.1

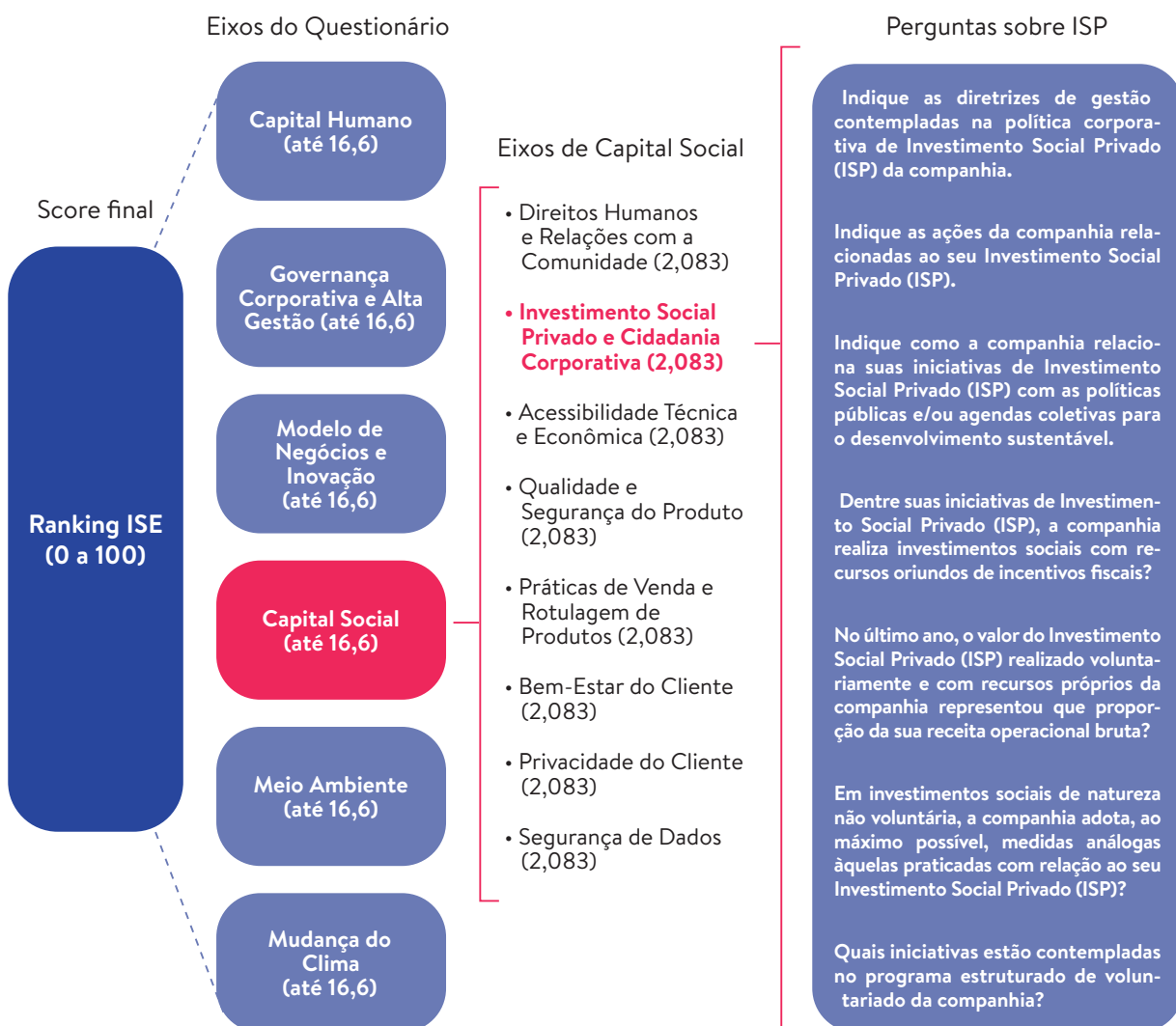
ISE B3: o que é o Índice de Sustentabilidade Empresarial da bolsa de valores do Brasil

As empresas incluídas no ISE B3 - Índice de Sustentabilidade Empresarial são escolhidas em ciclos anuais, com base em um processo ‘best-in-class’ – termo utilizado para descrever práticas ou processos que são considerados os melhores em comparação aos padrões do mercado.

No ISE B3, este processo é realizado a partir de um questionário auto declaratório, preenchido pelas empresas, que mede as práticas de sustentabilidade em seis dimensões: Capital Humano, Governança Corporativa, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.

Neste estudo, o foco é a análise dos dados e correlações do tópico de **Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa**, integrante do eixo de Capital Social e está especificado no **gráfico 1**.

Gráfico 1: como estão distribuídas as notas que compõem o ranking do ISE B3.



O questionário do Índice é baseado nas Normas SASB e mantém consistência com o Global Reporting Initiative (GRI), um dos principais padrões de mensuração de práticas ESG do mundo.

Após a submissão do questionário ocorre, então, uma validação de terceiros, conduzida por auditorias externas e um monitoramento de mídia conduzido pela RepRisk.

Ao final das análises, tanto as respostas quanto os resultados do processo passam a ser dados públicos e são divulgados abertamente na plataforma ESG Workspace.

2.2

Glossário

Alguns termos são importantes para a compreensão deste estudo. Conheça as definições que contribuem para a leitura.

CONCEITOS BÁSICOS

Investimento Social Privado (ISP): é a alocação voluntária e estratégica de recursos privados, sejam eles financeiros, em espécie, humanos, técnicos ou gerenciais para o benefício público. Em outras palavras, pode ser definido de maneira simplificada como ‘filantropia estratégica’.

Agenda ESG (sigla para Environmental, Social and Governance, no português Ambiental, Social e Governança): diz respeito à adoção de estratégias, ações e práticas de monitoramento e avaliação de aspectos não-financeiros, tendo em vista uma melhor tomada de decisão e valorização de ativos de empresas por seus investidores. Ou seja, ao considerar investir em uma empresa, investidores passam a incorporar em seu processo de decisão, questões ambientais, sociais e de governança. Os elementos são considerados critérios importantes para avaliar a qualidade do investimento e os riscos não financeiros.

Ratings ESG: são avaliações quantitativas ou qualitativas do desempenho de uma empresa em relação aos critérios ESG. Esses *ratings* podem ser atribuídos por agências especializadas, empresas de consultoria ou organizações sem fins lucrativos que se dediquem à análise ESG. Eles geralmente envolvem uma análise profunda de fatores como políticas ambientais da empresa, práticas de gestão de recursos humanos, diversidade e transparência nos relatórios financeiros.

Rankings ESG: são listas classificatórias que comparam o desempenho ESG de várias empresas. Esses rankings podem ser globais, setoriais ou regionais e são frequentemente compilados por organizações de pesquisa, empresas de investimento responsável ou agências de *rating*.

Stakeholders: indivíduos ou grupos que têm interesse, influência ou são afetados de alguma forma pelas atividades, decisões ou desempenho de uma empresa.

Grantmaking: estratégia de atuação do campo da filantropia que envolve o repasse de recursos financeiros para organizações e projetos sociais já existentes.

CATEGORIZAÇÃO DE EMPRESAS, SEGUNDO A B3:

Empresa Singular (neste estudo, chamada de Empresa): é a emissora (empresa listada na B3) que não faz parte de grupo econômico. Responde todos os itens do questionário aplicáveis ao seu setor.

Holding Operacional: é a emissora que representa um grupo econômico e tem atividade operacional. Por isso, responde todos os itens do questionário aplicáveis ao seu setor.

Holding Não-Operacional: é a emissora que representa um grupo econômico, mas não tem atividade operacional. Por isso, responde apenas a alguns tópicos específicos, aplicáveis a empresas listadas (foram excluídas da análise).

Controladas (neste estudo, chamadas de Subsidiárias): fazem parte de um grupo econômico, mas não são a emissora. Por isso, não respondem aos itens específicos para empresas listadas.

CONCEITOS ESTATÍSTICOS

Correlação: medida estatística que descreve a relação entre duas variáveis. Ela indica a direção e a força dessa relação. Uma correlação positiva significa que as variáveis tendem a se mover na mesma direção (quando uma aumenta, a outra também aumenta). Uma correlação negativa indica que as variáveis tendem a se mover em direções opostas (quando uma aumenta, a outra diminui). A força da correlação é medida em uma escala de -1 a 1, onde -1 representa uma correlação perfeita negativa, 1 representa uma correlação perfeita positiva e 0 indica ausência de correlação.

Média: valor que representa o centro de um conjunto de números. Para encontrá-la, você soma todos os números e divide pela quantidade total de números.

Mediana: valor no meio de um conjunto de dados ordenados. Ela nos diz que metade (50%) dos valores do conjunto de dados está abaixo dela e a outra metade está acima dela. Se o conjunto tiver um número par de elementos, a mediana é a média dos dois valores do meio. Se o conjunto tiver um número ímpar de elementos, a mediana é o valor do meio.

Outlier: também conhecido como valor atípico, é um dado significativamente diferente dos outros pontos no conjunto de dados. Ele pode ser resultado de erros de medição, variações naturais nos dados ou até mesmo indicativo de eventos incomuns. Em análises estatísticas, *outliers* podem distorcer a interpretação dos dados e, portanto, geralmente são identificados e tratados separadamente para evitar que influenciem negativamente os resultados.

2.3

Base de dados

Foram excluídas da base total de dados as empresas listadas como holdings não-operacionais, por não responderem à seção Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa, foco deste estudo.

Feito esse primeiro filtro, o desempenho de cada empresa em cada tópico foi normalizado em uma escala de 0 a 1. Em seguida, os tópicos não respondidos por todas as empresas foram excluídos da base de dados.

**SAIBA MAIS**

‘Normalizar dados’ é um processo comum em estatística e análise de dados, utilizado para colocar diferentes conjuntos de dados em uma escala comparável, independente das unidades originais.

Ao todo, foram analisadas:

- 143 empresas em 59 temas, em 2024;
- 111 empresas em 63 temas, em 2023;
- 85 empresas em 59 temas, em 2022.

A análise de dados relativos a um ano (por exemplo, correlação entre nota a no tópico de ISP e a nota geral do ISE B3), considera todos os respondentes daquele ano. Para comparações de mudança de desempenho no período de três anos, utilizou-se como base somente as empresas que responderam todos os questionários do triênio.

As empresas foram então agrupadas em seis setores de atividades econômicas, de acordo com suas principais atividades constantes no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: Indústrias de Transformação, Atividades Financeiras, Comércio, Eletricidade e Gás, Transportes e Outros Serviços.

Com a base de dados final, calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson entre cada tópico normalizado avaliado pelo questionário e a pontuação total no índice de sustentabilidade (0 a 100). Esse teste permite medir a dependência entre duas variáveis.

O **coeficiente r** de cada tópico *versus* o desempenho no ISE B3 foi então classificado do maior para o menor. Um segundo teste isolou grupos de empresas separadas a partir dos setores de atividades econômicas e calculou o coeficiente de correlação de Pearson entre o desempenho no Investimento Social Privado e na Filantropia Corporativa e o desempenho geral no ISE B3.

O questionário relativo ao Investimento Social Privado é composto por seis questões em 2022 e 2023, e sete questões em 2024 (conforme demonstra gráfico 1, já apresentado):

1. Indique as diretrizes de gestão contempladas na política corporativa de Investimento Social Privado (ISP) da companhia
2. Indique as ações da companhia relacionadas ao seu Investimento Social Privado (ISP)
3. Indique como a companhia relaciona suas iniciativas de Investimento Social Privado (ISP) com as políticas públicas e/ou agendas coletivas para o desenvolvimento sustentável
4. A companhia realiza investimentos sociais com recursos oriundos de incentivos fiscais?
5. O valor do Investimento Social Privado (ISP) realizado voluntariamente e com recursos próprios da companhia representou que proporção da sua receita operacional bruta?
6. Em investimentos sociais de natureza não voluntária, a companhia adota, ao máximo possível, medidas análogas àquelas praticadas com relação ao seu Investimento Social Privado (ISP)?
7. Quais iniciativas estão contempladas no programa estruturado de voluntariado da companhia? (nova pergunta inserida no questionário relativo ao ciclo 2024)

Para a análise da correlação do ISP com a performance no ISE B3, foram consideradas as notas das empresas respondentes em todas as categorias - ou seja, a performance no tópico de Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa como um todo. No entanto, foi possível também isolar a adoção de 16 boas práticas avaliadas nas perguntas 1, 2 e 3, e comparar o desempenho do ISE das empresas que adotam tais práticas com as empresas que não as adotam:

POLÍTICAS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Referente à pergunta: indique as diretrizes de gestão contempladas na política corporativa de Investimento Social Privado (ISP) da companhia.

- 1.** Realiza consultas com stakeholders relevantes para a definição das prioridades de investimento.
- 2.** Define de forma clara a estratégia, os indicadores e as metas para a avaliação dos resultados das iniciativas apoiadas.
- 3.** Possui uma área com equipe dedicada ao ISP dentro da companhia.
- 4.** Conforme seja cabível, atua por meio de uma organização sem fins lucrativos legalmente constituída para realizar seu ISP.
- 5.** Realiza auditoria sobre os resultados e gestão das iniciativas apoiadas.
- 6.** Propõe a criação de condições de autossuficiência financeira e organizacional dos projetos apoiados (visão longo prazo).
- 7.** Divulga os investimentos realizados em suas publicações anuais.

PRÁTICAS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Referente à pergunta: indique as ações da companhia relacionadas ao seu investimento social privado (ISP).

- 8.** Contribuir na construção participativa de políticas públicas e/ou de agendas coletivas de desenvolvimento sustentável.
- 9.** Dialogar e manter canais abertos com a comunidade para a definição dos investimentos sociais.
- 10.** Valorizar o protagonismo dos atores locais e o fortalecimento da sociedade civil.
- 11.** Participar de conselhos, comitês (ou órgãos similares) para debater o desenvolvimento local.
- 12.** Atribuir prioridade aos investimentos sociais estruturantes e convergentes com as políticas públicas.
- 13.** Estabelecer indicadores de acompanhamento das metas estabelecidas, monitorar, avaliar e comunicar os resultados.

ALINHAMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E AGENDAS COLETIVAS

Referente à pergunta: indique como a companhia relaciona suas iniciativas de investimento social privado (isp) com as políticas públicas e/ou agendas coletivas para o desenvolvimento sustentável.

- 14.** As considera como uma referência geral para a definição dos investimentos sociais.
- 15.** Atua em parceria com o poder público em nível municipal, estadual ou federal na formulação ou execução de alguma política pública.
- 16.** Atua em parceria com a comunidade e outros stakeholders na formulação ou execução de alguma agenda coletiva.

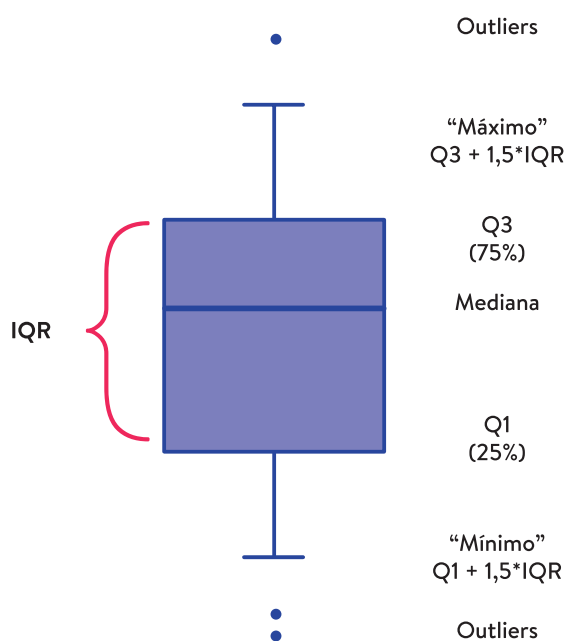
Assim, foi possível verificar se a adoção de boas práticas em Investimento Social Privado e Cidadania Empresarial está associada a um melhor desempenho em sustentabilidade empresarial.

2.4

Como interpretar os gráficos

A distribuição de notas das empresas que compõem o ISE B3 é apresentada por meio de *boxplots*, como exemplificado abaixo.

Exemplo 1

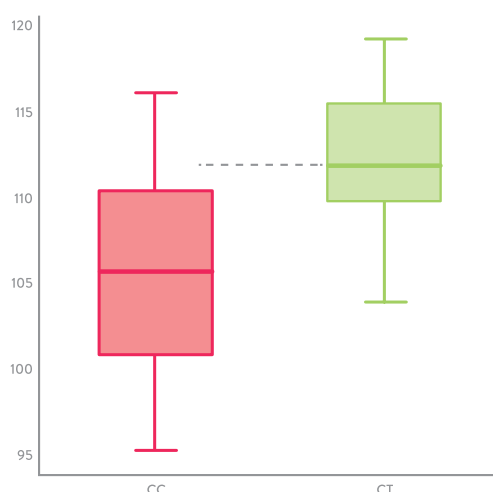


Um *boxplot*, como visto no exemplo 1, é um resumo gráfico da distribuição de uma amostra. Ele demonstra a variabilidade da amostra, mas também sua tendência. Um gráfico *boxplot* possui três valores que possibilitam sua leitura:

- Q1: 25% dos dados são menores que ou iguais a este valor.
- Mediana: valor central de um conjunto de valores ordenado. Metade dos dados são menores e metade são maiores que este valor.
- Q3: 75% dos dados são menores que ou iguais a este valor.

Neste estudo, consideramos o ‘mínimo’ e o ‘máximo’ a partir da soma ou subtração de 1,5 vezes da diferença representada pelo IQR (**interquartile range**, em inglês).

Exemplo 2

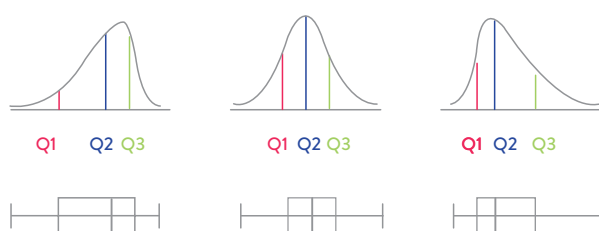


Valores menores ou maiores que o ‘mínimo’ e o ‘máximo’ são considerados *outliers* (valores atípicos em uma distribuição).

Para comparar *boxplots*, o primeiro passo é checar a diferença entre as linhas medianas. Quando a linha mediana de um *boxplot* está abaixo ou acima da caixa de outro *boxplot*, como no exemplo 2, há grandes chances das amostras apresentarem diferenças relevantes.

Por fim, o exemplo 3 demonstra como o *boxplot* pode servir para analisar a simetria de uma distribuição. Ou seja, se os valores de uma amostra são simétricos em relação à sua média e mediana. Desta forma, caso a linha da mediana fique próxima a um dos limites da caixa, como visto no caso da esquerda ou da direita, isso demonstra que a amostra possui algum viés, seja positivo ou negativo.

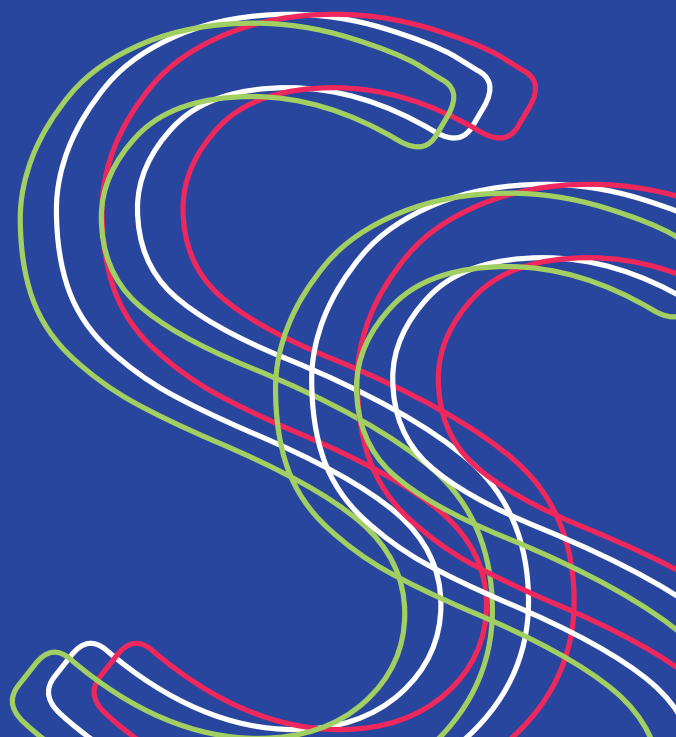
Exemplo 3



Além disso, quanto maior o ‘bigode’, ou seja, a linha que se projeta para além da caixa, mais dispersos ou distribuídos estão os dados.

3

EVOLUÇÃO DO ISP NAS EMPRESAS QUE COMPÕEM O ISE B3



3.1

Posição do ISP na composição do Índice

Considerando que as práticas de Investimento Social Privado (ISP) são o foco deste estudo, a primeira análise se baseia justamente nesse ponto. Logo de cara, descobriu-se que, no triênio 2022 - 2024, em todos os anos, o ISP se manteve entre os 10 pontos mais importantes para a sustentabilidade empresarial.

Em 2022, os tópicos de ISP, agregados, alcançaram a segunda maior correlação - entre 59 tópicos que foram respondidos por todas as empresas. Em 2023, o ISP apareceu no quinto lugar de 63 tópicos; e em sexto lugar em 2024, entre 59 tópicos (tabela 1).

Tabela 1: ranking das maiores correlações por ano

| 2024 | |
|--|--------------------------------------|
| TÓPICO | COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON |
| Total ISE | 1,000000 |
| Fundamentos de Gestão da Sustentabilidade Empresarial | 0,776944 |
| Compromissos e práticas de gestão | 0,742314 |
| Tendências e propósito | 0,736307 |
| Sustentabilidade do Modelo de Negócio | 0,730386 |
| Políticas e Práticas de Gestão Ambiental | 0,726053 |
| Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa | 0,725921 |
| Direitos Humanos e Relações com a Comunidade | 0,723908 |
| Saúde e segurança do trabalhador | 0,716098 |
| Comunidade local | 0,685088 |
| Ética nos negócios | 0,673381 |

| 2023 | |
|--|--------------------------------------|
| TÓPICO | COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON |
| Total ISE | 1,000000 |
| Fundamentos de Gestão da Sustentabilidade Empresarial | 0,836259 |
| Compromissos e práticas de gestão | 0,809537 |
| Tendências e propósito | 0,798214 |
| Políticas e Práticas de Gestão Ambiental | 0,787718 |
| Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa | 0,779226 |
| Sustentabilidade do Modelo de Negócio | 0,777228 |
| Práticas de Governança corporativa | 0,720610 |
| Atuação e influências coletivas | 0,720277 |
| Práticas de remuneração e incentivo | 0,712274 |
| Ética nos negócios | 0,711866 |

| 2022 | |
|--|--------------------------------------|
| TÓPICO | COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON |
| Total ISE | 1,000000 |
| Fundamentos de Gestão da Sustentabilidade Empresarial | 0,869443 |
| Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa | 0,826563 |
| Compromissos e práticas de gestão | 0,795969 |
| Combate à corrupção | 0,780942 |
| Tendências e propósito | 0,764580 |
| Ética nos negócios | 0,757910 |
| Gestão do engajamento com stakeholders | 0,738687 |
| Atuação e influências coletivas | 0,736125 |
| Políticas e Práticas de Gestão Ambiental | 0,716502 |
| Gestão de Riscos | 0,712090 |

PONTO DE VISTA

por Marcos Alexandre Manoel, diretor de projetos no IDIS

A relevância do Investimento Social Privado na composição do ISE B3

Desde que aspectos relacionados a impacto socioambiental e avaliação de riscos passaram a integrar a estratégia de negócios de um número cada vez maior de empresas, vimos o mercado virar do avesso e o assunto ganhar potência e escala. É evidente que a ideia de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa não é recente, mas a lógica do mercado certamente mudou desde que foi sugerido que os recursos alocados em projetos socioambientais de interesse público não fossem mais encarados como despesas, mas sim como investimentos que trazem retornos de curto, médio e longo prazos. Isso é o que chamamos de Investimento Social Privado (ISP) – ou filantropia estratégica, integrada a uma agenda ESG.

Dentro dessa agenda, que ganhou corpo na última década com o reporte ao mercado financeiro desses aspectos sociais, ambientais e de governança, o ISP é apenas uma dentre as tantas variáveis que impulsionam uma empresa em direção à sustentabilidade. Entendemos, porém, que as práticas de ISP possuem alta capilaridade e podem potencializar substancialmente as ações socioambientais de uma empresa. Ou seja, quando bem-feito, o investimento social pode ajudar a destravar diversos outros pontos de uma agenda de sustentabilidade empresarial. Empiricamente, o Terceiro Setor vem trabalhando há anos para demonstrar o impacto que o ISP pode causar nas métricas ESG de uma organização, especialmente no campo social.

Para comprovar essa hipótese, o IDIS se propôs a analisar a correlação entre o ISP e as notas do ISE B3, o maior índice de sustentabilidade do país. Foi muito gratificante identificar, por meio deste estudo, que o ISP se manteve, nos últimos três anos, entre os dez tópicos que possuem maior correlação com a nota do ISE B3. Ou seja, empresas que têm um bom desempenho em filantropia estratégica tendem a ter um bom desempenho em sustentabilidade empresarial como um todo. É interessante, inclusive, observar

que as práticas de ISP figuram lado a lado com aspectos como ‘fundamentos de gestão da sustentabilidade empresarial’, ‘ética nos negócios’ e ‘tendências e propósito’. A aproximação com tópicos que naturalmente possuem uma maior transversalidade, indica o caráter tático do ISP na formulação e implementação de estratégias integradas de sustentabilidade empresarial.

Uma estratégia de ISP alinhada à estratégia ESG ajuda a materializar o propósito da organização para seus *stakeholders*, gerando resultados tangíveis para a empresa e para a sociedade. O investimento de uma empresa em projetos socioambientais pode ser uma boa maneira de engajar diferentes partes interessadas e iniciar agendas coletivas com o poder público e sociedade civil organizada, promovendo benefícios tanto para a sociedade quanto para as empresas. Além disso, contribuiu para que empresas demonstrassem seus compromissos socioambientais de forma clara e robusta, sinalizando para o mercado e consumidores um compromisso real com diferentes causas.

Apesar de parecer lógico, esse alinhamento não é tarefa fácil. Além de ser preciso conectar as ações com os desafios do negócio e o propósito das marcas, uma atuação estratégica deve considerar aspectos materiais do negócio e um bom mapeamento de partes interessadas e diferentes formas de engajá-las. Além disso, ações socioambientais devem ser complementares aos esforços empreendidos pelo Terceiro Setor, promovendo trocas que enriquecem a atuação de todos os atores. Os dados do estudo mostram que essa é uma tarefa relevante e que deve ser tratada com importância pelo setor privado, já que está altamente correlacionada a uma gestão abrangente da sustentabilidade empresarial.

Em resumo, empiricamente sabemos que, ao conectar o conceito e as práticas de ISP ao propósito e aos valores institucionais, considerando o viés econômico do negócio e a perspectiva dos principais stakeholders em relação ao valor socioambiental a ser criado pela empresa, é possível potencializar a capacidade da organização de gerar impacto positivo para a sociedade e valor real para o negócio. Essa relação está agora comprovada quantitativamente, considerando uma amostra extremamente relevante de empresas brasileiras.

3.2

Evolução das práticas de ISP no triênio 2022 - 2024

O IDIS sustenta a visão de que, para catalisar uma transformação social duradoura, é fundamental que o Investimento Social Privado seja acompanhado de um planejamento estratégico robusto, fundamentado em dados e indicadores específicos, implementadas com precisão e acompanhadas por monitoramento e avaliação de seus resultados e impacto.

Por isso, além da análise da nota do tópico total de Investimento Social Privado comparado à performance no ISE B3, foram avaliados cada um dos 16 pontos abordados pelas perguntas de ISP no que dizem respeito a: (1) Políticas de Investimento Social Privado; (2) Práticas de Investimento Social Privado; (3) Alinhamento do Investimento Social Privado com políticas públicas e agendas coletivas (*conforme explicado na metodologia*).

No que se refere ao escopo deste estudo e a adoção de práticas de ISP, alguns resultados se destacam. Por exemplo, as ações mais adotadas, em 2024, representando 93% das 85 empresas que responderam todo o triênio, foram:

- Considera agendas coletivas, como ODSs, como uma referência geral para a definição dos investimentos sociais;
- Atua em parceria com a comunidade e outros *stakeholders* na formulação ou execução
- Valoriza o protagonismo dos atores locais e o fortalecimento da sociedade civil;
- Contribui na construção participativa de políticas públicas e/ou de agendas coletivas de desenvolvimento sustentável.

Entre as ações de ISP adotadas por empresas, a prática de avaliação de projetos apoiados foi a que apresentou o maior crescimento no triênio (14 pontos percentuais), evidenciando sua valorização (gráfico 3). Já a garantia de autossuficiência para organizações e auditoria para projetos apoiados são as práticas menos adotadas (gráfico 2).

Apesar de bem ranqueada, a prática de diálogo com a comunidade para estabelecimento de ISP apresentou uma redução em 2024 (gráfico 3). Por outro lado, processos estabelecidos para consulta a *stakeholders* para definição de ISP teve crescimento de 3 pontos percentuais (gráfico 4). Outra prática que também apresentou uma redução foi a da utilização de agendas coletivas como referência para ISP, assim como estabelecimento de parceria com políticas públicas (gráfico 4).

Além dos destaques, todos os 16 tópicos e suas evoluções estão demonstrados nos gráficos (1) Políticas de Investimento Social Privado; (2) Práticas de Investimento Social Privado e (3) Alinhamento do Investimento Social Privado com políticas públicas e agendas coletivas.



PARA REFLETIR

Apenas foi possível analisar tais evoluções porque o ISE B3 avalia essas práticas das empresas. Essa é uma característica positiva dos *ratings* e rankings ESG, pois ao responderem ao questionário autoavaliativo, as empresas podem começar a considerar a adoção de práticas recomendadas nesses questionários para o planejamento de suas ações.

Neste sentido, a constante evolução desses rankings - promovida intencionalmente pela B3 por meio de consultas públicas e diálogo com organizações relevantes, é também uma forma de avançar numa melhor compreensão dos tópicos da sustentabilidade empresarial e de promover uma maior adoção de boas práticas pelas empresas.

Gráfico 2: Políticas de Investimento Social Privado

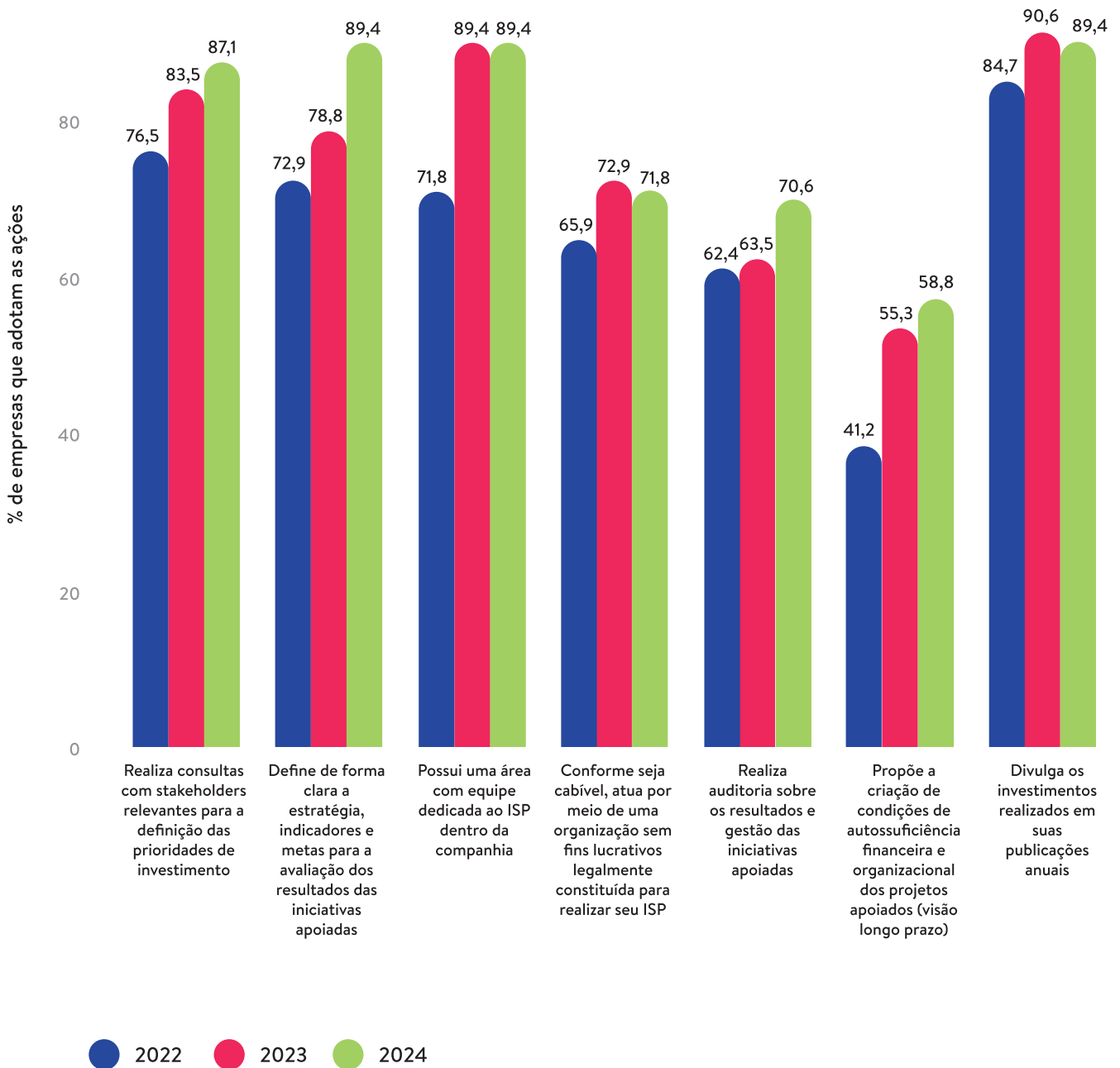


Gráfico 3: Práticas de Investimento Social Privado

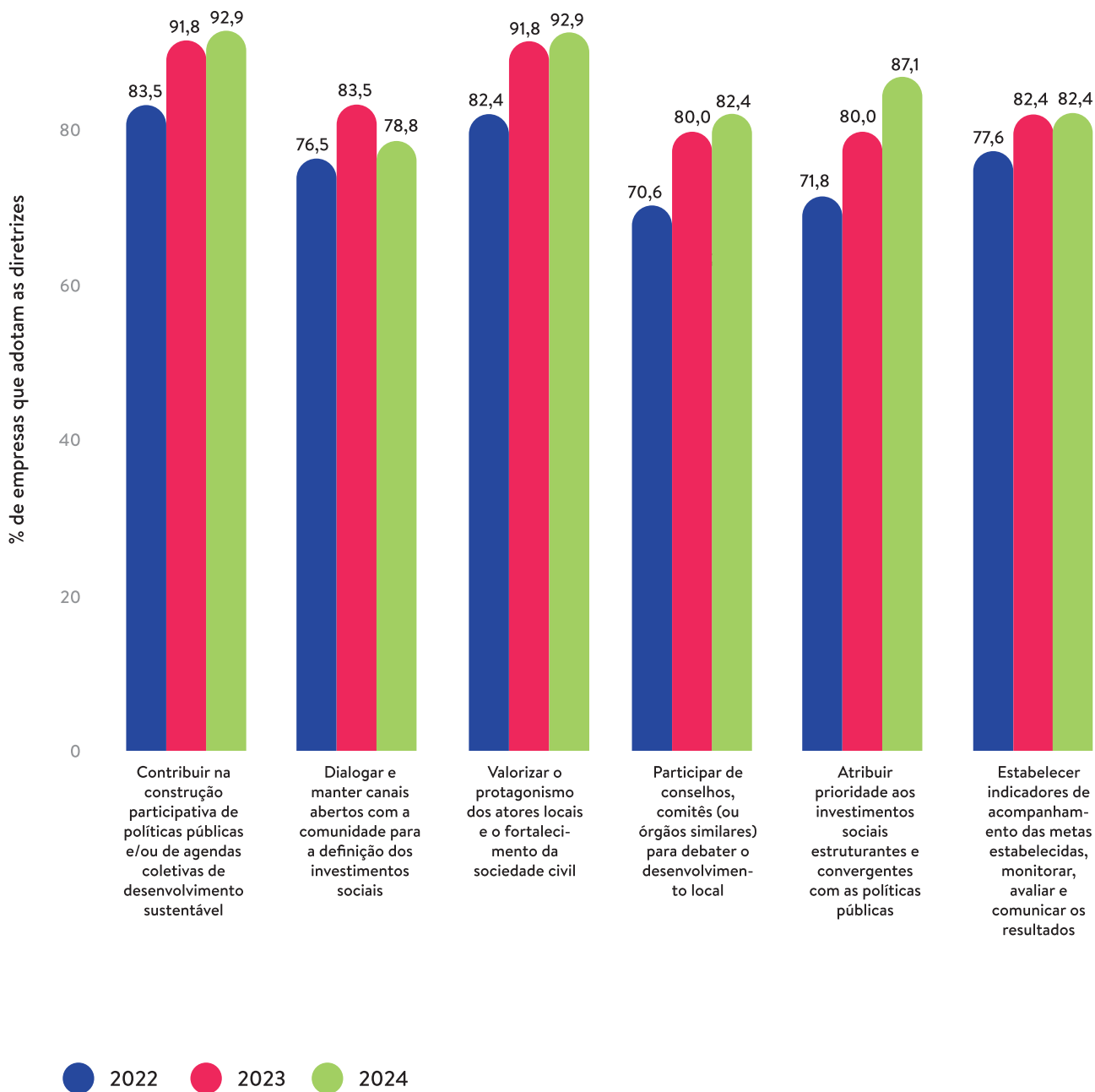
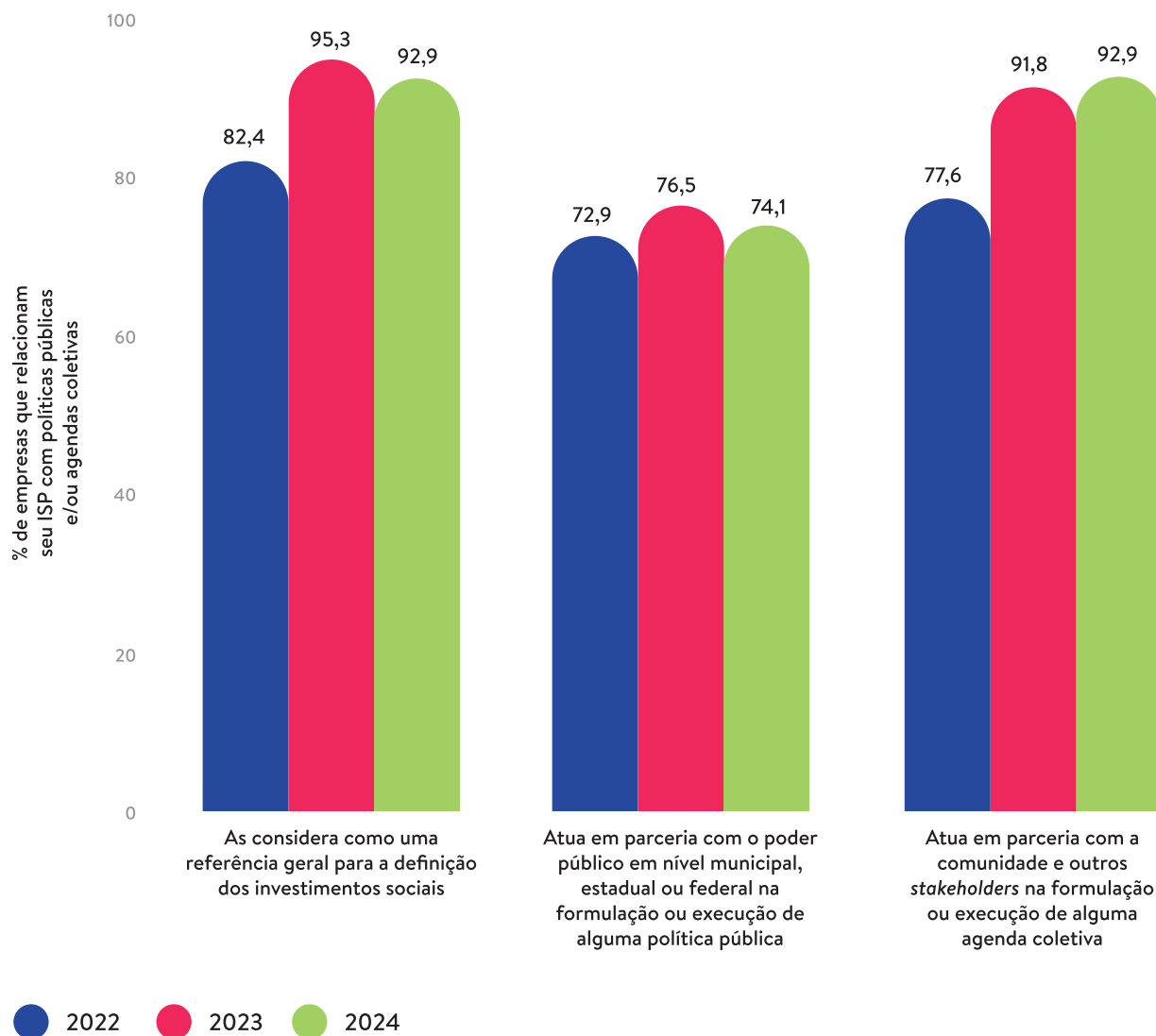


Gráfico 4: Alinhamento do Investimento Social Privado com políticas públicas e agendas coletivas



No próximo capítulo, discutiremos com mais detalhes como essas práticas são relevantes para o planejamento e execução de um Investimento Social Privado mais estratégico, além de suas relações da adoção dessas práticas com uma gestão efetiva da sustentabilidade empresarial.

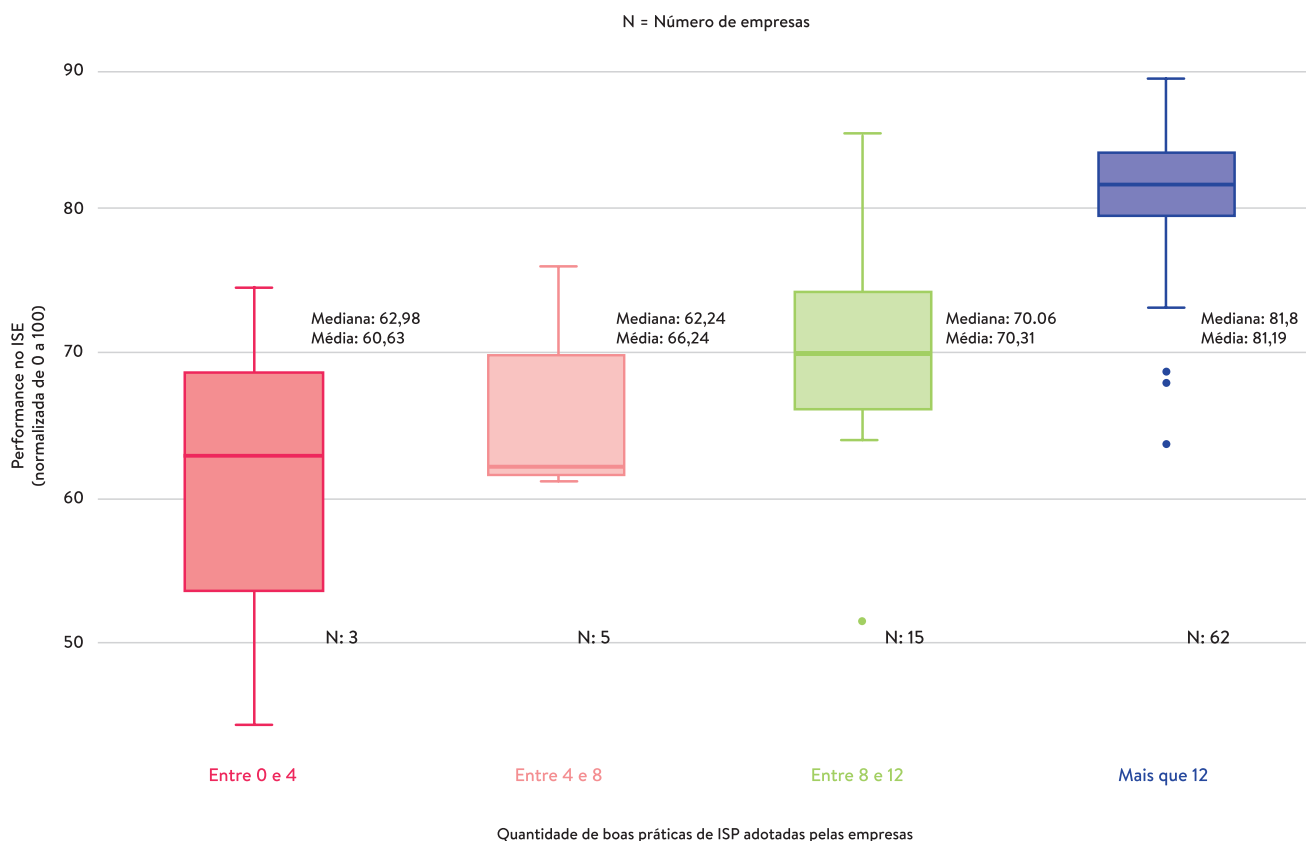
4

RELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS DE
ISP E A PERFORMANCE NO ISE B3



Já vimos anteriormente que a adoção de práticas de ISP se correlaciona com uma boa performance no ISE B3. Quando agrupamos o nível de adoção dessas práticas, é possível visualizar (gráfico 5) como empresas mais maduras em suas práticas de investimento social tendem a ter uma gestão mais assertiva de sua sustentabilidade:

Gráfico 5: Performance no ISE de acordo com o número de boas práticas de ISP adotadas pelas empresas



Para melhor compreender as sinergias entre a agenda ESG e as práticas de ISP, nos próximos subcapítulos iremos focar em três pilares de análise: a existência ou não de veículo filantrópico; o relacionamento com a comunidade e a adoção de práticas de monitoramento e avaliação, buscando trazer mais elementos para explicar essa relação positiva.

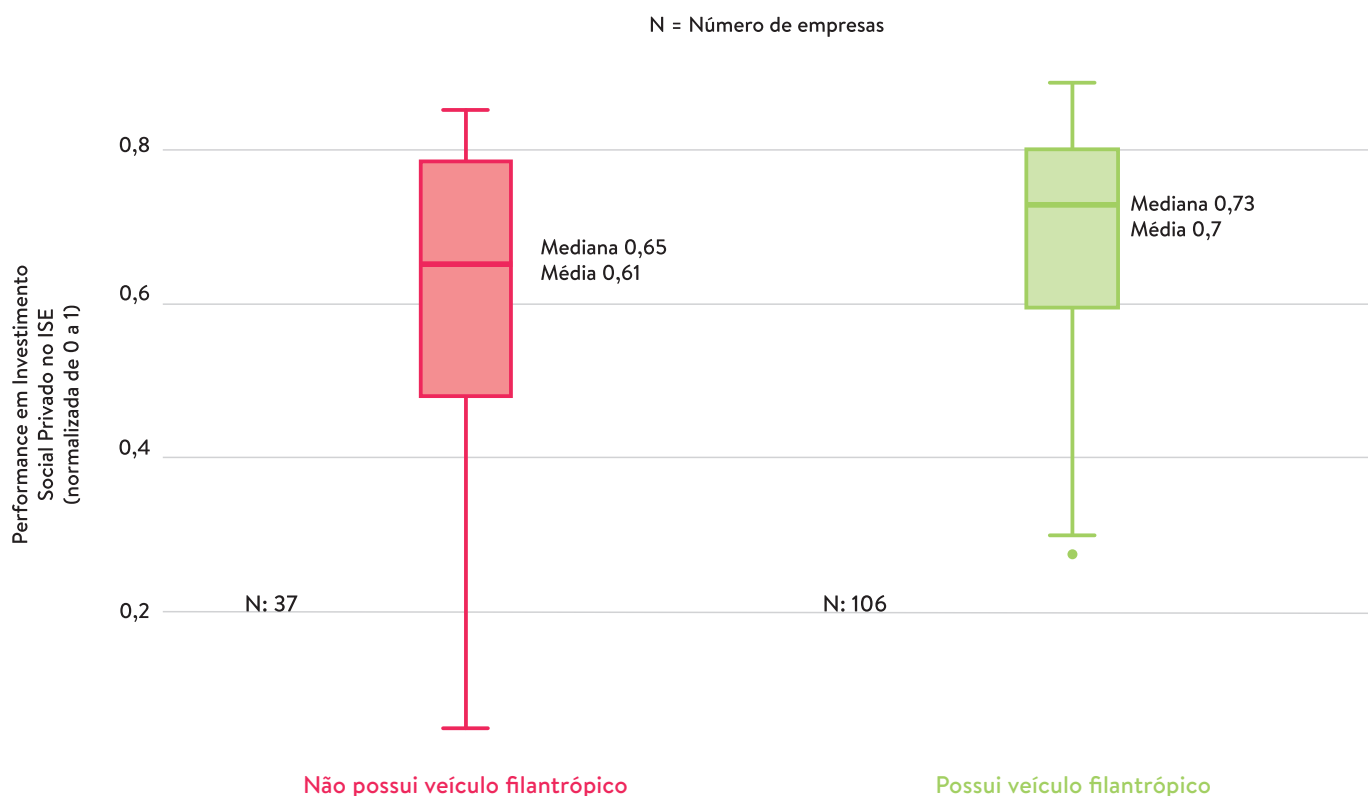
4.1

Existência ou não de veículo filantrópico

Para compreender a relação que veículos filantrópicos empresariais possuem com a maturidade do Investimento Social Privado, foram feitas duas segmentações. Uma delas visa compreender se a existência de um veículo filantrópico influencia ou não a prática do ISP, enquanto a outra, mais ampla, compara as notas das empresas nesse tópico com a performance no ISE B3 em geral.

Foi identificado que a performance no tópico de Investimento Social Privado é levemente melhor, tanto na média quanto na mediana, em empresas que atuam por meio de veículo filantrópico, ou seja, uma fundação ou instituto empresarial com estrutura própria, como demonstra o gráfico 6.

Gráfico 6: Distribuição da performance no tópico de ISP de empresas que fazem investimento via veículo filantrópico ou não



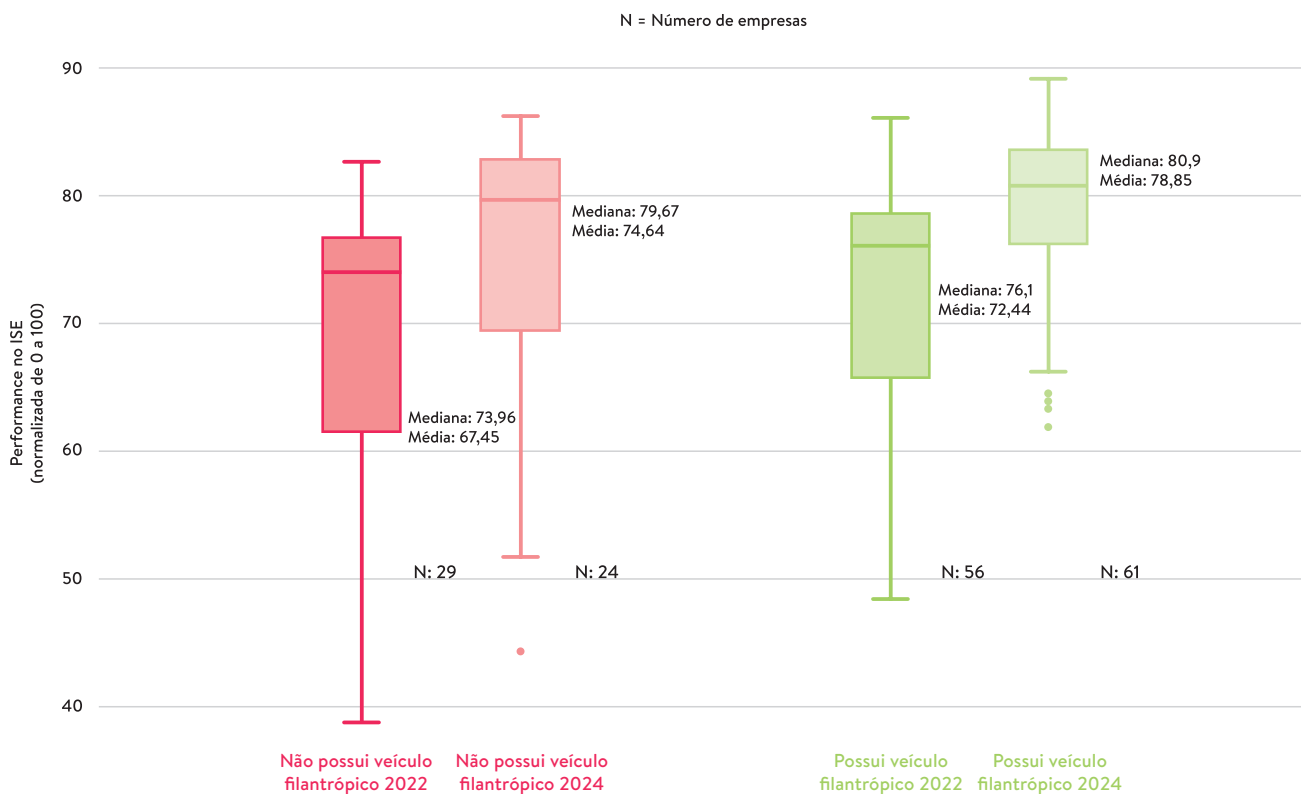
SAIBA MAIS



Em um gráfico *boxplot*, quando há uma menor distribuição das notas (ou seja, quanto menor a 'caixa'), isso indica que os dados estão mais concentrados em torno da mediana. Isso pode significar que há menos dispersão e variabilidade nos dados, indicando maior consistência.

Considerando todas as empresas que responderam durante todo o triênio, entretanto, não foi identificada uma diferença estatisticamente significativa na performance na nota total do ISE B3 entre empresas que atuam via veículo filantrópico ou aquelas que não o fazem, ou seja, que possuem equipe dentro da estrutura da empresa, alocadas para isso, conforme observa-se no gráfico 7.

Gráfico 7: Distribuição da performance no ISE B3 das empresas que fazem investimento via veículo filantrópico (direita) ou não (esquerda)



PONTO DE VISTA

por Henrique Barreto e Andrea Hanai, ambos gerentes de projetos do IDIS

Quero promover impactos socioambientais positivos. Devo criar uma Fundação?

O aumento das demandas públicas e das pressões sociais por posturas proativas e comprometidas das empresas em sua atuação social resultou em um aumento significativo da criação de institutos e fundações empresariais durante meados dos anos 90. Podemos enxergar essa onda como um primeiro movimento marcante de resposta das organizações, que passaram a ser cada vez mais cobradas a reconhecer a importância de assumir responsabilidades para além do lucro.

As fundações e institutos criados, concentrariam, então, os esforços das empresa para promover um impacto social positivo, representando um compromisso perene e operando com autonomia e independência no enfrentamento de uma ou mais causas caras ao desenvolvimento socioambiental, de forma conectada, ou não, ao negócio de suas instituidoras. Estas estruturas passaram a concentrar especialistas, desenvolver metodologias,

criar projetos proprietários ou apoiar projetos de terceiros (*grantmaking*), estabelecer pontos de contato com o setor público e a gerar impacto positivo, ajudando efetivamente a construir reputação e cidadania para suas marcas instituidoras. Ainda assim, no início, de forma geral, eram pequenas e médias células de impacto, com equipes formadas por especialistas, apartadas do negócio e mais resistentes a cortes e mudanças de direção.

A expectativa social de que as empresas devem atuar sobre outras dimensões que não apenas a econômica não parou de crescer desde então. A esse debate, somaram-se as discussões sobre propósito e gestão ESG, que equilibra a produção econômica com os impactos sociais e ambientais positivos, buscando aprofundar a responsabilidade social e o investimento social privado como partes de uma atuação integrada, que permeia todas as áreas do negócio. Nesse sentido, a existência de veículos filantrópicos empresariais configura-se como parte relevante dessa atuação responsável e sólida. Isso não quer dizer, entretanto, que possuir um instituto ou fundação empresarial seja suficiente, uma vez que o desempenho positivo socioambiental de uma empresa é fortalecido por um conjunto de fatores.

Anteriormente, os veículos filantrópicos operavam de forma mais independente, complementando as ações da empresa. Atualmente, a agenda ESG introduz novas complexidades e proporciona maior integração entre o investimento social e a estratégica corporativa. Por meio de parcerias com outras organizações e empresas, os projetos conduzidos por institutos e fundações podem promover uma cultura colaborativa e demonstrar um compromisso significativo com determinadas causas, utilizando não apenas recursos financeiros, mas também outras competências em prol do benefício público.

Essas observações apontam para uma mudança no paradigma dos projetos conduzidos por institutos e fundações empresariais, que parecem menos proprietários e mais altruístas, sendo capazes de atrair coalizões e parcerias. É o caso, por exemplo, do fundo de combate à violência contra meninas e mulheres, parceria do Instituto Avon com a Accor Hotels, e que também se mantém aberto para novos participantes e financiadores.

De fato, ao observar a pesquisa, nota-se que a performance no tópico de Investimento Social Privado é levemente melhor, tanto na média quanto na mediana, em empresas que atuam por meio de veículo filantrópico proprietário. Isso pode representar maior maturidade das empresas que possuem esse tipo de veículo, sugerindo que o compromisso de constituir um instituto ou fundação também carrega maior responsabilidade e desempenho mais elevados em relação ao Investimento Social Privado e a Cidadania Corporativa em geral. Também observamos menor variação no desempenho de empresas que possuem veículos próprios, como se sua constituição também representasse um patamar mínimo de sucesso nesse quesito. Por exemplo, em 2024, empresas com um veículo filantrópico não tiveram desempenho abaixo de 60%, e apresentaram uma menor distribuição das notas em relação às empresas que não possuem veículos filantrópicos.

Por outro lado, considerando as 85 empresas que responderam durante todo o triênio, não há diferença estatisticamente significativa para a diferença em performance no ISE B3 entre empresas que atuam via veículo filantrópico e aquelas que não. Isso sugere que, mesmo sem a criação de um instituto ou fundação empresarial, o que sugere um compromisso mais firme e duradouro, com mandato e agência próprios, e protegidos das flutuações empresariais, ainda é possível obter um bom desempenho no ISE B3. Nesse sentido, é possível imaginar empresas que incorporaram a responsabilidade social em várias áreas como parte de suas operações, atuando sob a coordenação e o engajamento de uma área de responsabilidade social corporativa integrada ao negócio.

Podemos estabelecer que é possível pontuar bem em sustentabilidade empresarial, mesmo na ausência de veículos filantrópicos específicos. No entanto, esses veículos permanecem como estruturas importantes (ao lado de fundos filantrópicos, outra modalidade capaz de fomentar o co-investimento), que demarcam compromissos empresariais firmes diante de inúmeros dilemas e questões sociais. Eles serão ainda mais efetivos caso consigam conectar seus focos de atuação ao negócio, constituindo-se como elementos importantes, inclusive, para impulsionar o crescimento de uma agenda ESG mais ampla e profunda, ligada ao propósito e que deve permear toda organização.

4.2

Relacionamento com a comunidade

No quesito relacionamento com a comunidade, de forma geral, pode-se identificar uma diferença significativa na performance no ISE B3 entre empresas que adotam práticas relacionadas ao relacionamento com a comunidade e aquelas que não o fazem, destacando a importância nesse enfoque nos diferentes *stakeholders*.

Nos tópicos que envolvem a consulta a partes interessadas para definição de prioridades de investimento e a manutenção de canais abertos com a comunidade, a diferença entre as empresas que afirmaram não adotar tais práticas e as que afirmam dar atenção a esse aspecto chega a mais de 10 pontos percentuais em relação à mediana - conforme demonstram os gráficos 8 e 9:

Gráfico 8: Realiza consultas com stakeholders relevantes para a definição das prioridades de investimento

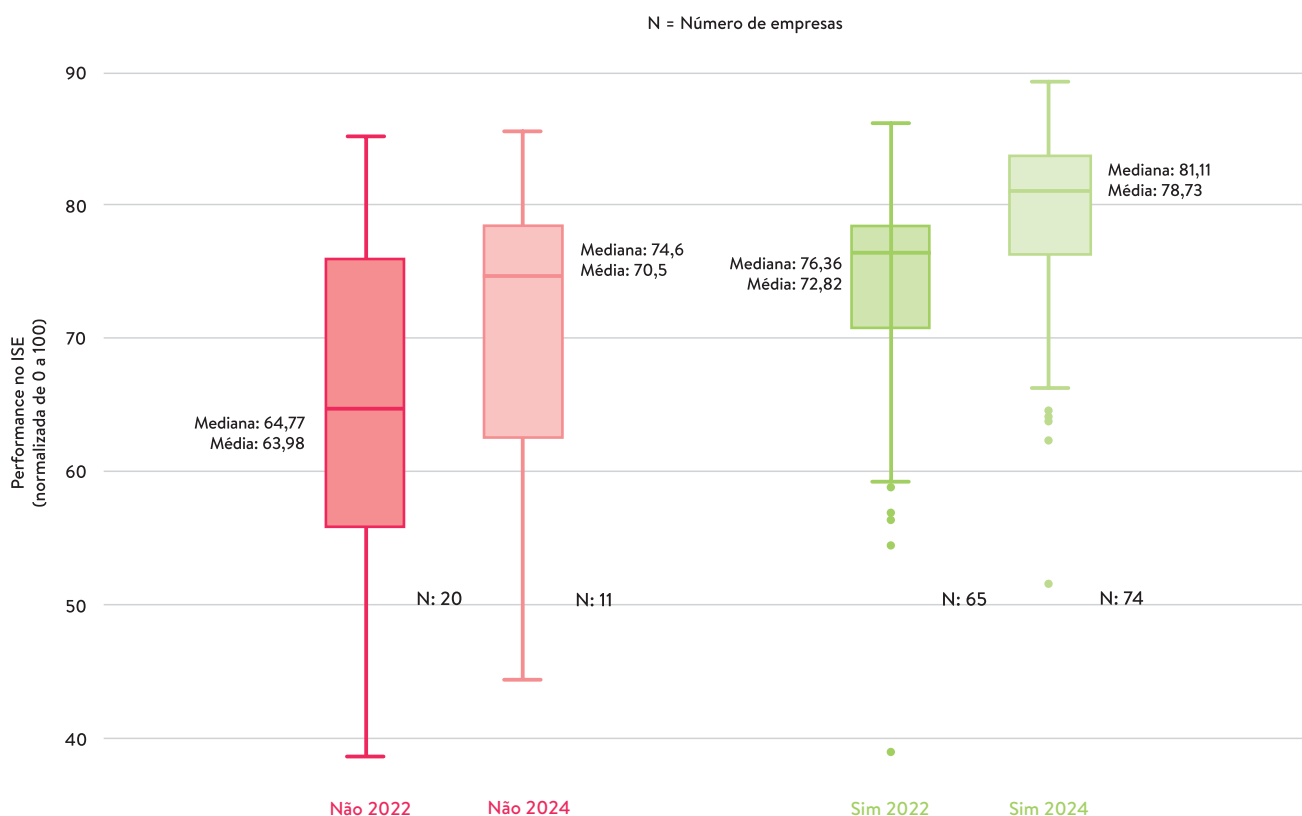
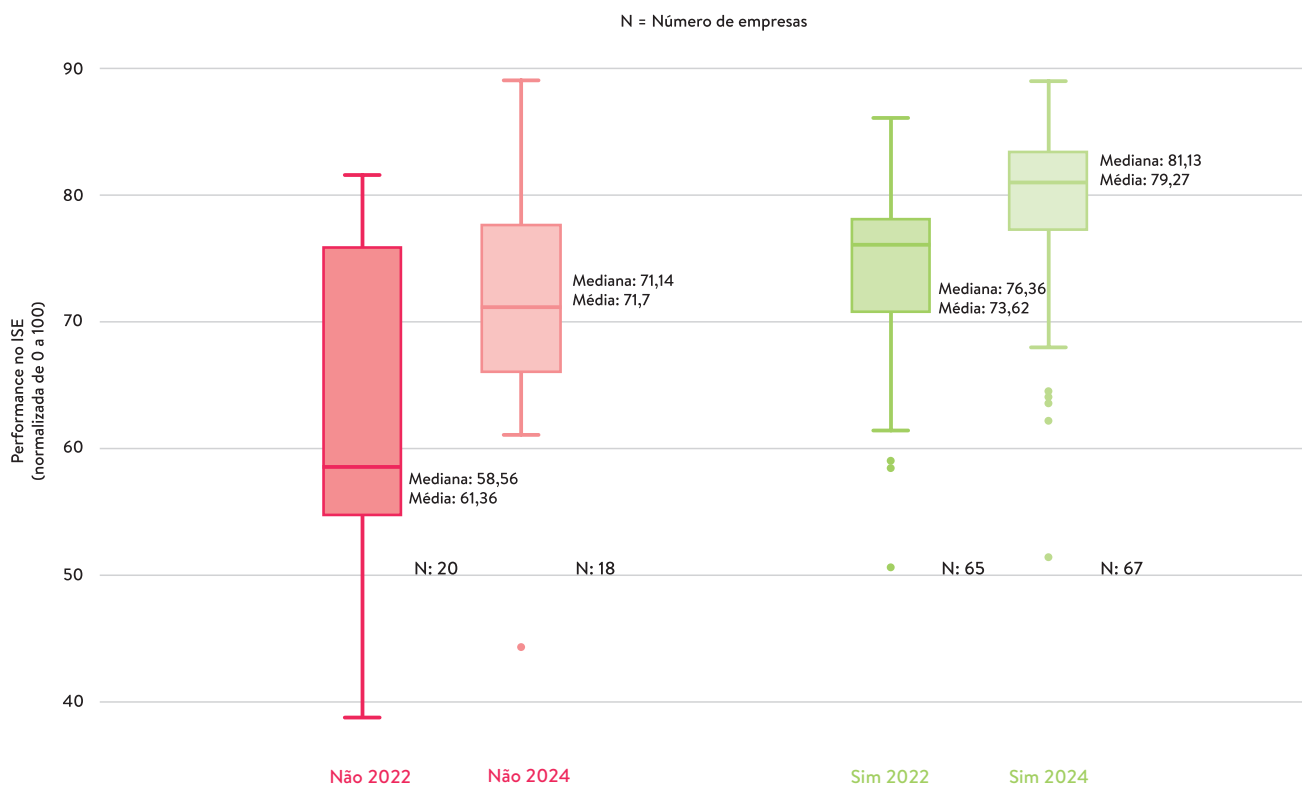
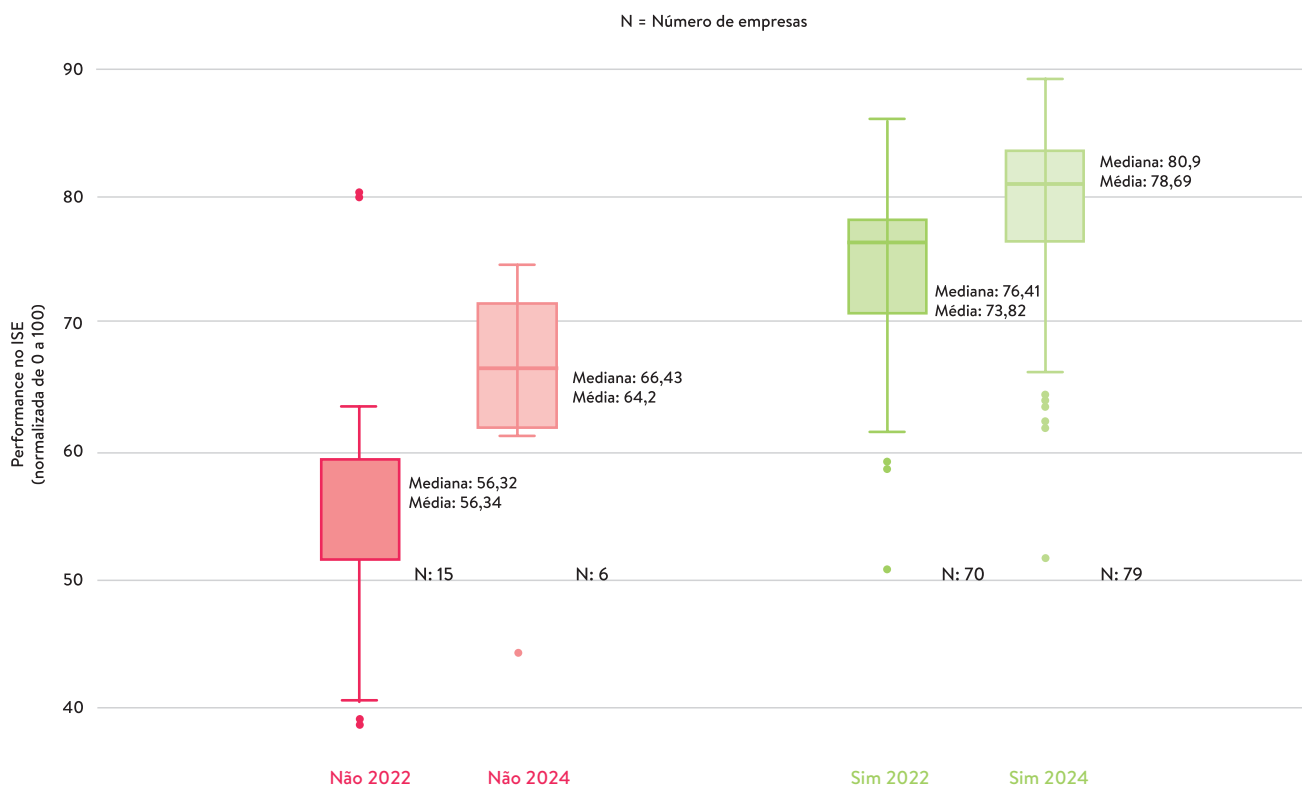


Gráfico 9: Dialogar e manter canais abertos com a comunidade para a definição dos investimentos sociais



Um ponto de destaque é que as empresas que afirmam dar importância ao protagonismo de atores locais da sociedade civil em suas ações de ISP demonstram uma performance consideravelmente superior em comparação com aquelas que não consideram esse aspecto. Em 2024, por exemplo, a mediana chegou a 80,90 entre aquelas que reconhecem essa valorização, em contraste com 66,43 entre as que não o fazem.

Gráfico 10: Valorizar o protagonismo dos atores locais e o fortalecimento da sociedade civil



Um cenário bastante similar pode ser observado nos tópicos que avaliam as condições de autossuficiência financeira que uma organização privada propõe a projetos apoiados, conforme gráficos 11 e 12.

Gráfico 11: Propõe a criação de condições de autossuficiência financeira e organizacional dos projetos apoiados (visão longo prazo)

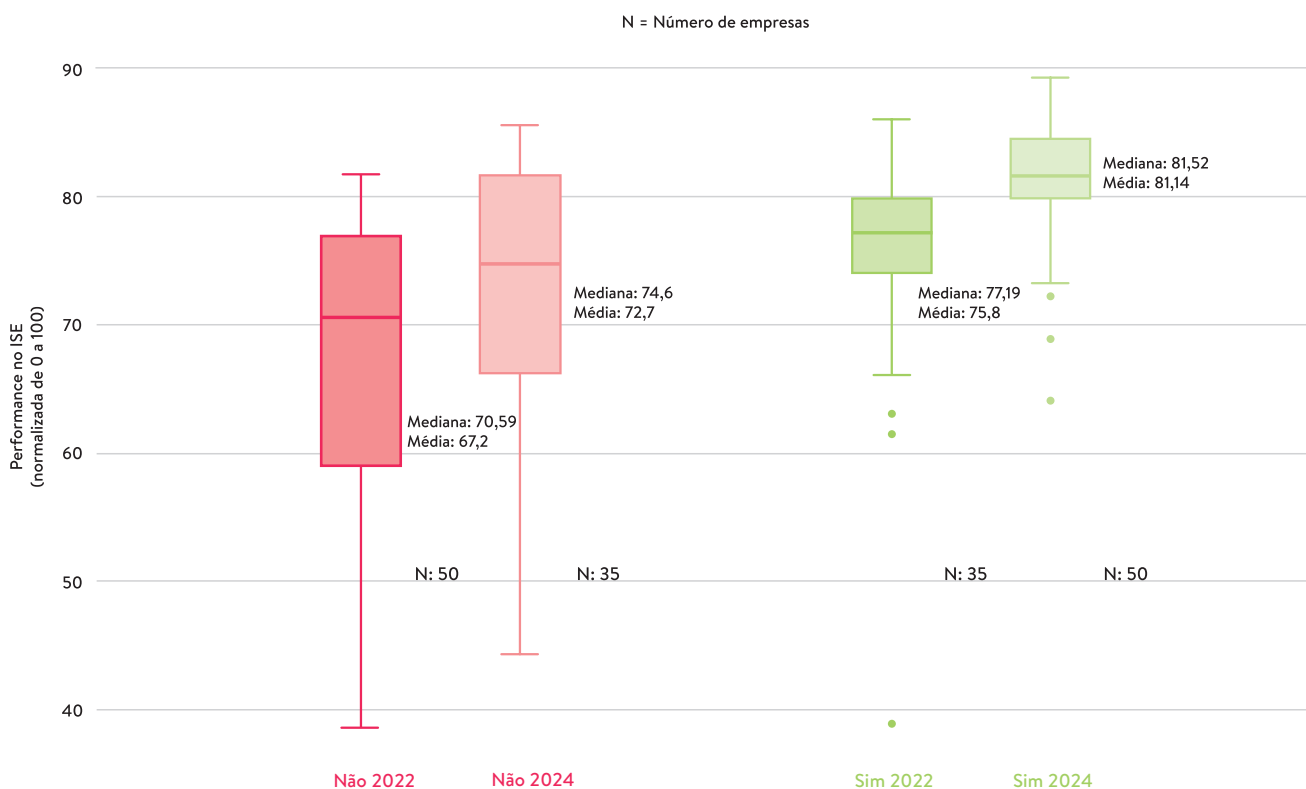
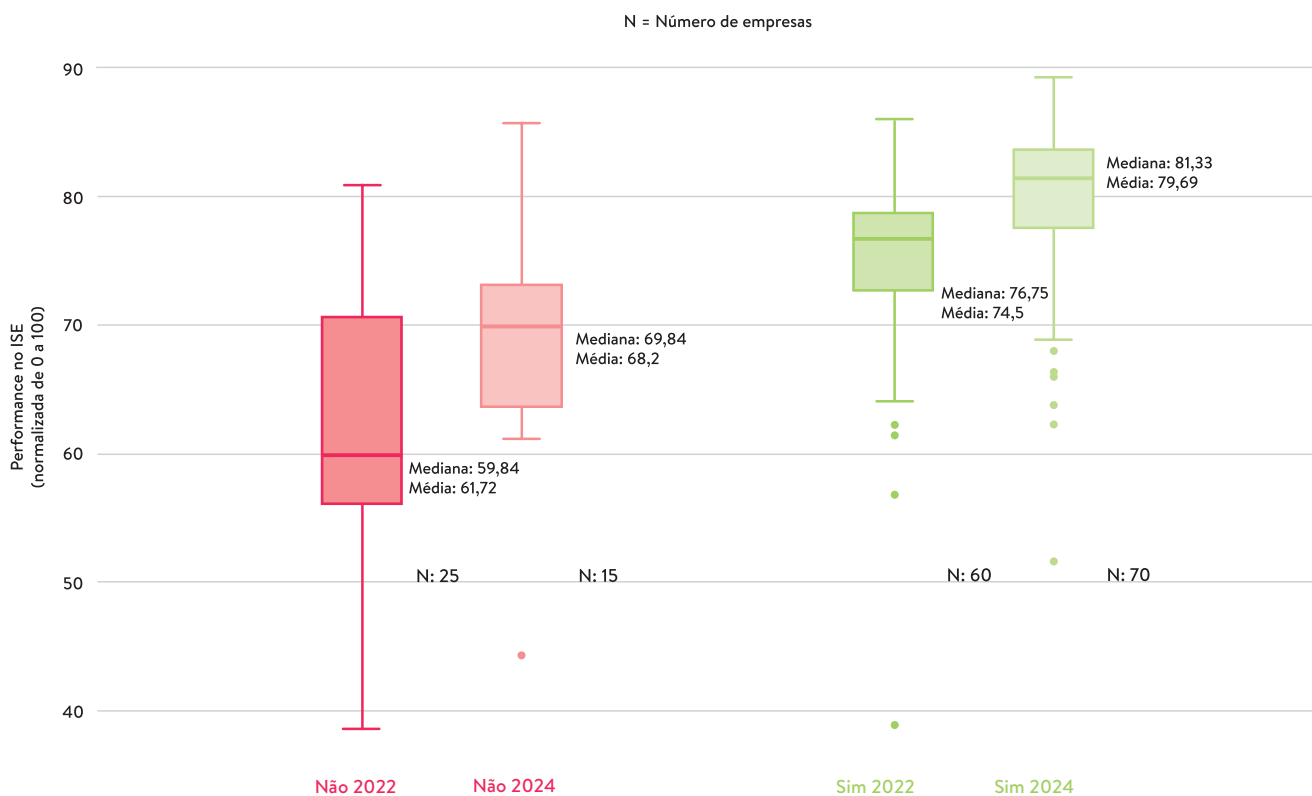


Gráfico 12: Participa de conselhos, comitês (ou órgãos similares) para debater o desenvolvimento local



Além da consulta e protagonismo, outro tópico importante quando pensamos em atuação com *stakeholders* é o exercício por meio de parcerias. Nesse sentido, a performance no ISE B3 para empresas que dizem atuar em parceria com a comunidade para agendas coletivas, e com o poder público para execução de políticas públicas é significativamente melhor do que as que respondem não pensar nesses aspectos (gráficos 13 e 14).

Gráfico 13: Atua em parceria com a comunidade e outros stakeholders na formulação ou execução de alguma agenda coletiva

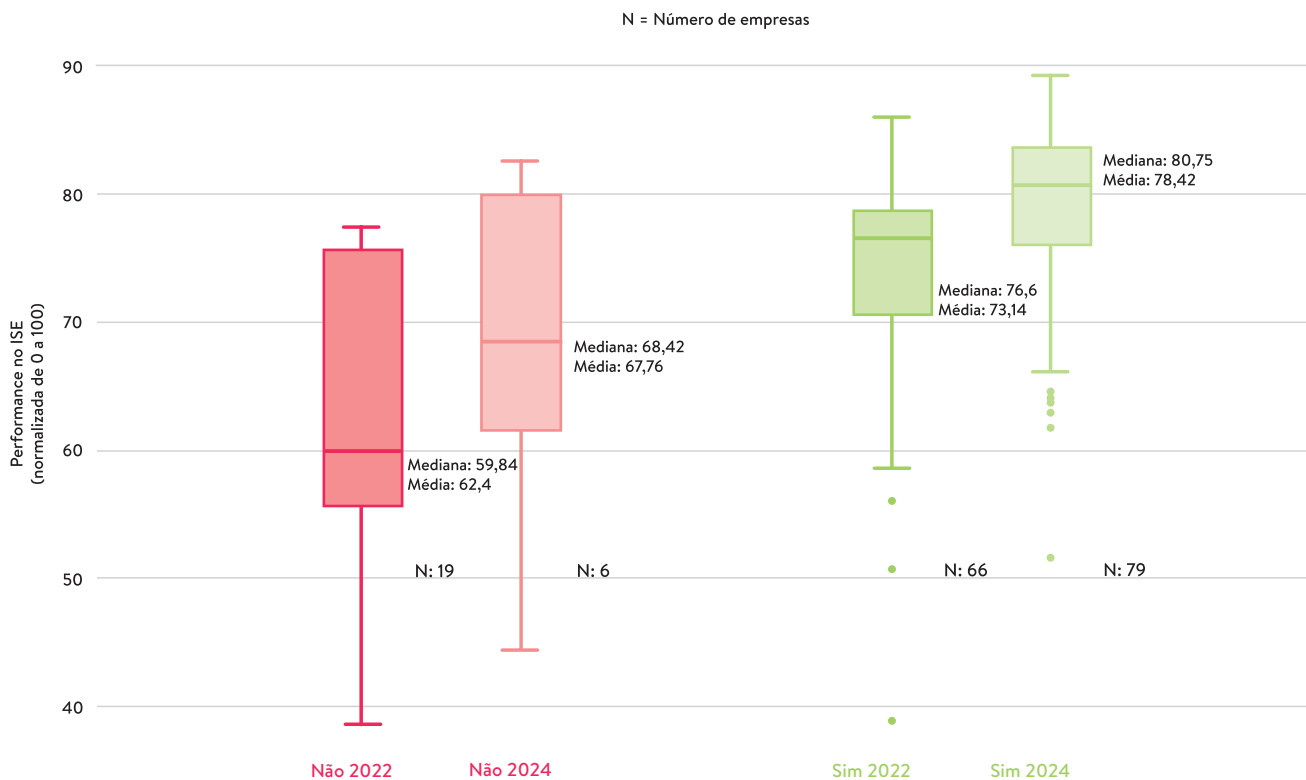
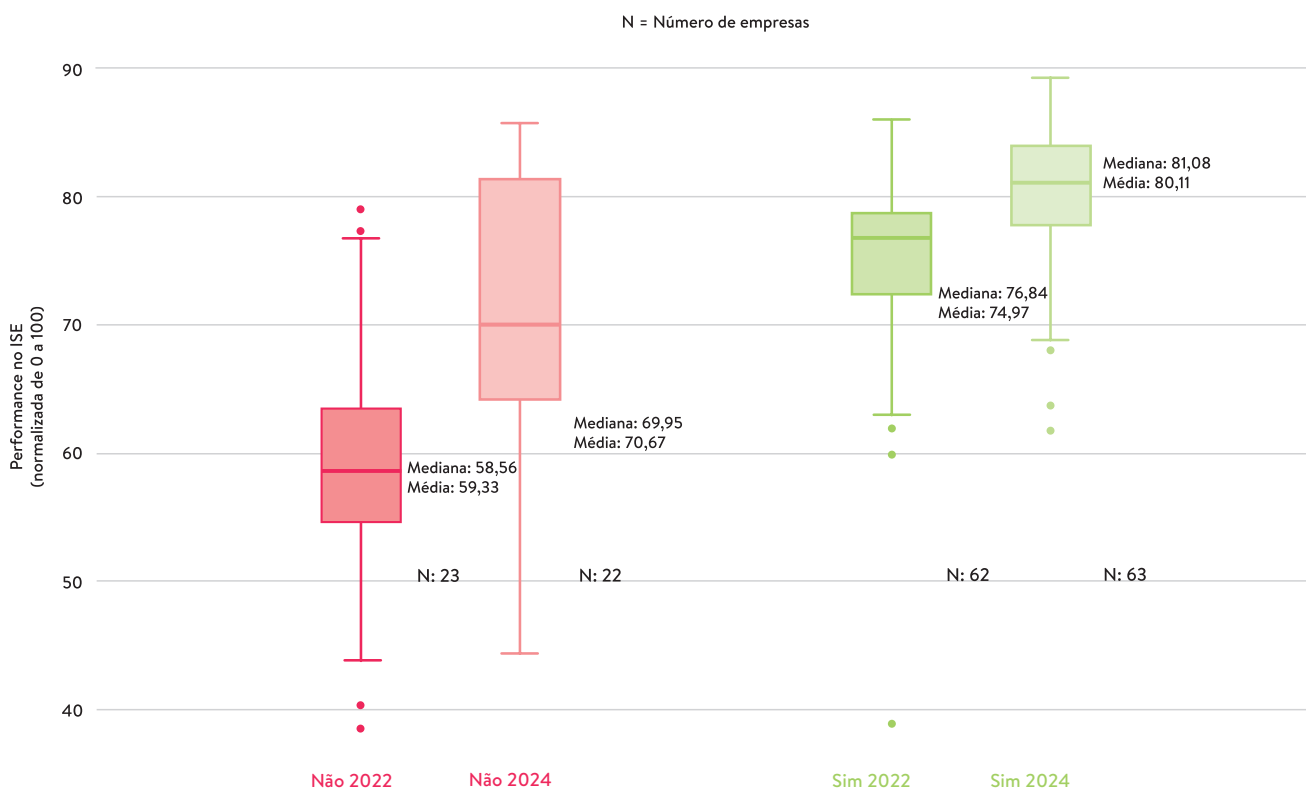


Gráfico 14: Atua em parceria com o poder público em nível municipal, estadual ou federal na formulação ou execução de alguma política pública





PARA REFLETIR

Quando se analisa a relação entre a performance em Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa com a performance no tópico de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade (também integrante do eixo de Capital Social, no questionário do ISE B3), não se observa uma correlação significativa. Isso sugere que há espaço para melhorar a integração da estratégia de investimento social privado das empresas com suas estratégias de relacionamento com públicos relevantes, além de seus compromissos com os direitos humanos.

PONTO DE VISTA

por Felipe Insunza Groba, gerente de projetos do IDIS, e Whilla Castelhana

O ISP como forma de se relacionar mais e melhor com as comunidades

Já ficou para trás o tempo em que as doações das empresas para projetos socioambientais eram baseadas exclusivamente nos desejos dos altos executivos. Cada vez mais, é exigido das empresas um alinhamento com as expectativas e necessidades de quem recebe as doações, fortalecendo suas potencialidades e, principalmente, investimentos alinhados com os anseios locais. Progressivamente, vemos as empresas respondendo à altura, adaptando-se às novas demandas e compreendendo que não podem crescer e gerar lucros sem considerar a geração de impactos positivos para os públicos com os quais se relacionam e para a sociedade. Ora a passos rápidos, ora a passos muito lentos, avançamos para um entendimento de que é preciso trabalhar em conjunto e de forma estratégica para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do mundo onde vivemos.

Este estudo corrobora estes conhecimentos empíricos e experiências que compartilhamos no IDIS. Em 2024, 79% das empresas avaliadas no triênio afirmaram conduzir consultas com *stakeholders* relevantes e com a comunidade para estabelecer uma agenda conjunta. Este é um processo de construção importante para o setor social e uma experiência que gerará estratégias inovadoras de investimento e resolução de problemas.

Um outro dado que respalda a importância do envolvimento da comunidade para um ISP estratégico é a empresa criar condições de autossuficiência financeira e organizacional para as organizações apoiadas. Para o desenvolvimento sustentável do setor social, execução de projetos melhores e com mais impacto, remuneração adequada, investimento e expansão das atividades, e até propor ações e soluções inovadoras, uma organização social demanda investimento e segurança financeira, assim como uma empresa. Em 2024, 50 empresas informaram atuar desta forma junto às organizações e, com pontuações altas e similares entre si, mostram que este é um novo caminho ao qual as empresas estão aderindo.

Podemos considerar que estas ações surgem como resultado também desta relação com atores locais e canais de comunicação constantes para o processo de decisão? Acreditamos que sim! Afinal, envolver novos atores traz novos olhares e conhecimentos, mostra novas prioridades e fragilidades, que as empresas em conjunto com as organizações

podem apoiar e inovar. Consequentemente, temos projetos e organizações sociais mais estruturadas, com mais impacto e atuando de forma mais estratégica para endereçar as demandas locais e reduzir as desigualdades no Brasil.

Diálogos locais, impacto social positivo coerente com a empresa, canais abertos e transparência do ISP movem o ponteiro de atuação e exigem das empresas novos olhares. É preciso, porém, que empresas avancem ainda mais nesta agenda, buscando maneiras de se envolverem com atores locais, atuando em parceria com o Terceiro Setor de maneira complementar. O ISP possui um importante papel: ao construir um relacionamento voltado para a comunidade e o entorno, junto às diretrizes e demandas internas da empresa, as estratégias de investimento socioambiental são mais assertivas, direcionadas e promovem melhorias em territórios. Um ISP construído em parceria, que considere as narrativas daqueles que já foram e estão sendo beneficiados por diferentes iniciativas, terá resultados mais longevos e de maior impacto e retorno para a empresa no longo prazo.

É uma relação de reciprocidade. As empresas, ao ouvirem e investirem de acordo com as demandas locais e ao estabelecerem processos de co-construção, contribuem para o fortalecimento das organizações sociais, que ficam melhor estruturadas, mais sólidas e robustas. Essas organizações ganham maior capacidade para gerar impactos positivos e resultados mais sustentáveis. Um ciclo virtuoso em que todos ganham, em especial, a sociedade.

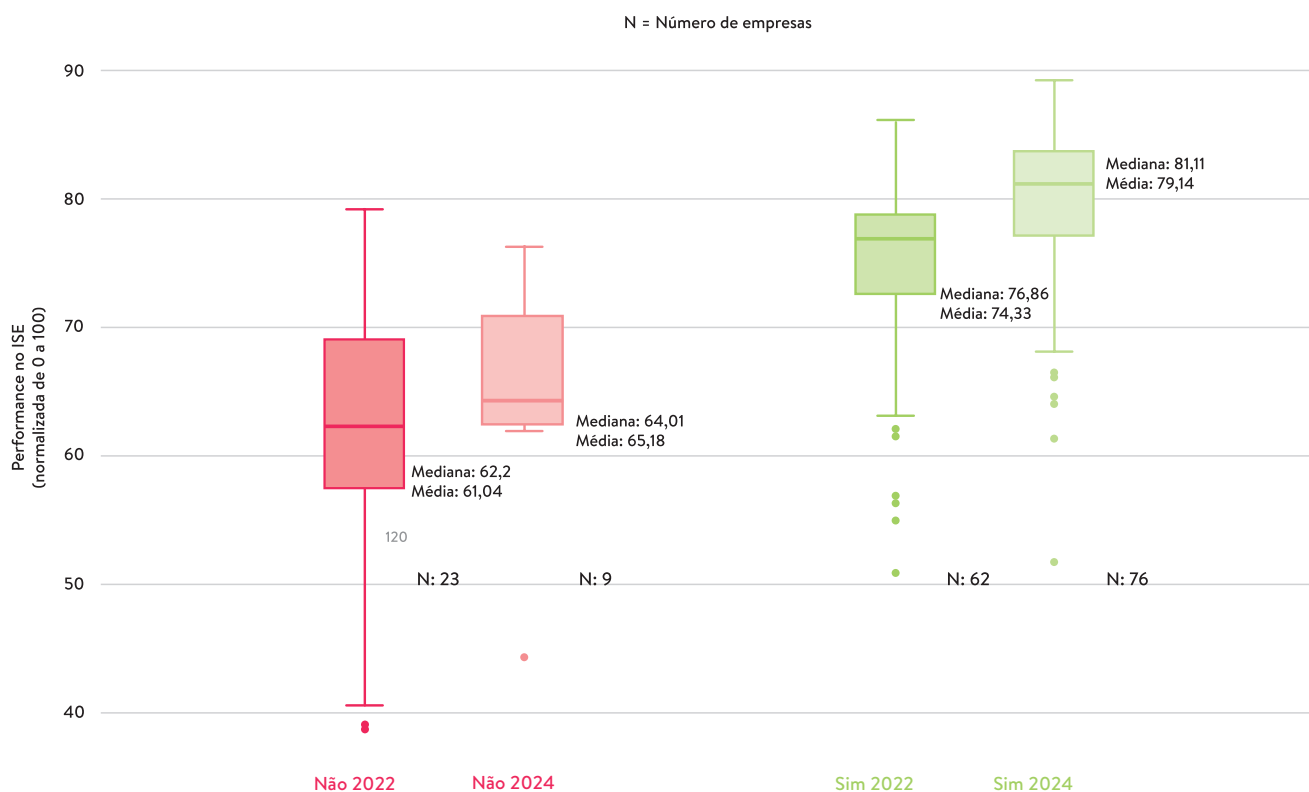
4.3

Avaliação de impacto

No tópico de avaliação de impacto, dois aspectos foram identificados a partir do questionário do ISE B3. O primeiro, relacionado ao acompanhamento de indicadores para metas socioambientais estabelecidas, e o outro, sobre as práticas de avaliação de resultados de iniciativas apoiadas por meio de ISP.

A pesquisa demonstra que empresas que avaliam o resultado de iniciativas apoiadas por meio de ISP não só possuem uma performance muito superior no ISE B3 como um todo, bem como também apresentaram um aumento relativamente alto na performance entre 2022 e 2024 (Gráfico 8).

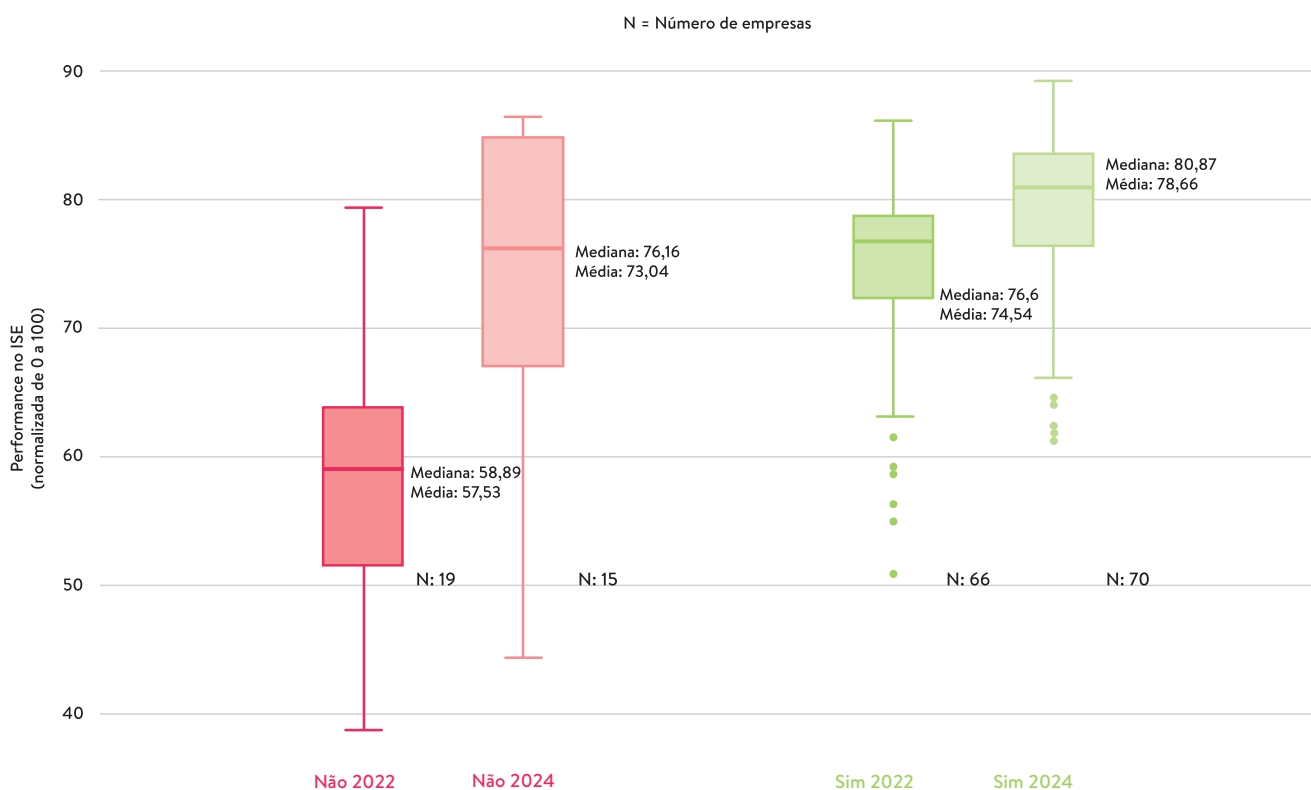
Gráfico 15: Distribuição da performance no ISE B3 das empresas que adotam como prática definição de indicadores para a avaliação dos resultados das iniciativas apoiadas ou não



Ao comparar ‘empresas que estabelecem indicadores de acompanhamento das metas estabelecidas, monitoram, avaliam e comunicam os resultados’, com as que dizem não realizar esse acompanhamento, o resultado é curioso (Gráfico 9). Em 2022, esse fator representava uma grande variação na performance no ISE B3, com a performance mediana daquelas que não acompanhavam metas estabelecidas sendo de 58 pontos. Por outro lado, as empresas que relataram realizar esse acompanhamento tiveram uma mediana de 76,6 em relação à performance no ISE B3.

Em 2024, entretanto, apesar da performance entre empresas que não adotam essa prática apresentar uma distribuição maior, ou seja, haver uma variação maior nas notas dos respondentes dessa categoria, não houve uma diferença estatisticamente significativa entre a mediana daqueles que adotam ou não essa prática.

Gráfico 16: Distribuição da performance no ISE das empresas que estabelecem indicadores de acompanhamento das metas estabelecidas, monitoram, avaliam e comunicam os resultados de seu ISP ou não



PARA REFLETIR

Uma hipótese plausível é de que a falta de diferença significativa pode ser explicada pela evolução de outros aspectos da sustentabilidade corporativa à medida que as empresas se tornam mais maduras na Agenda ESG. Assim, a adoção de estratégias de monitoramento e avaliação no ISP, podem, de fato, contribuir para que empresas tenham uma performance mais estável em tópicos de sustentabilidade empresarial. No entanto, também indica a necessidade de inovação e evolução contínua nas metodologias de avaliação para que sejam mais eficazes.

PONTO DE VISTA

por Denise Carvalho, gerente responsável pela área de Monitoramento e Avaliação no IDIS, e Daniel Barretti, gerente de projetos, especialista em Avaliação de Impacto

Avaliação de Impacto como estratégia para excelência em sustentabilidade

A integração da ideia de impacto às estratégias de ISP corporativas tem se tornado cada vez mais constantes. Empresas que adotam essa abordagem não apenas alinham suas iniciativas de ISP com objetivos de sustentabilidade mais amplos, mas também facilitam a interpretação e integração de dados e indicadores monitorados através de *frameworks* ESG. Essa prática permite uma visão panorâmica do impacto socioambiental, orientando decisões estratégicas.

Ou seja, a interseção entre o ISP e a sustentabilidade corporativa não só redefine o propósito empresarial, mas também demonstra um potencial significativo para impactar positivamente a sociedade e o meio ambiente. A avaliação de impacto, dentro deste contexto, serve como uma bússola, guiando as empresas em direção a práticas mais sustentáveis e responsáveis.

A estratégia de incorporar o ISP nas práticas de sustentabilidade de uma empresa não é apenas uma questão de responsabilidade social corporativa; é uma abordagem que pode gerar valor substancial. A teoria da Criação de Valor Compartilhado¹, proposta por Michael Porter e Mark Kramer, oferece uma sustentação teórica robusta para entender a interconexão entre o ISP e a performance em sustentabilidade. Segundo essa teoria, as empresas podem gerar valor econômico de uma maneira que também produza valor para a sociedade, enfrentando suas necessidades e desafios. Neste sentido, a avaliação de impacto permite que as empresas quantifiquem e comuniquem como suas iniciativas de ISP estão contribuindo tanto para seus objetivos de negócios quanto para objetivos sociais mais amplos.

O caráter de aprendizagem inerente ao processo de monitoramento e avaliação é outro aspecto relevante. Empresas que diligentemente monitoram e avaliam suas iniciativas de ISP demonstram uma curva de crescimento acentuada em sua performance de sustentabilidade. Esse crescimento é atribuído ao aprendizado contínuo e à capacidade de adaptação, evidenciando como a avaliação de impacto transcende a mera conformidade, tornando-se um vetor de inovação e melhoria contínua.

Além disso, o papel do monitoramento, em conjunto com a avaliação, é fundamental. Indicadores de processo e resultados, usuais nos *frameworks* ESG, promovem a uniformização e disseminação de boas práticas. Essa padronização não apenas assegura a robustez dos resultados de sustentabilidade, mas também facilita a comparação e a competição saudável entre empresas por melhorias sociais significativas.

Os resultados da análise feita neste estudo reforçam a importância dessas práticas. Empresas que avaliam o resultado de suas iniciativas de ISP não só apresentaram uma performance superior no ISE B3 como um todo, mas também registraram um aumento significativo em sua performance entre 2022 e 2024.

[1] PORTER, M. E.; KRAMER, M.R. Creating Shared Value: how to reinvent capitalism and unleash a wave of innovation and growth. Harvard Business Review, 2011.

Em termos práticos, a coleta sistemática de indicadores de impacto permite que se olhe, de maneira reflexiva e estratégica, para a eficiência de determinada intervenção social e consequentemente permite a revisão e aprimoramento periódicos com vistas a maximização dos benefícios sociais almejados e gerados. Não raro, projetos sociais acabam por gerar impactos positivos não intencionais e que passariam despercebidos caso não houvesse uma avaliação que levasse em conta, por exemplo, a percepção dos beneficiários quanto às mudanças geradas em suas vidas.

Em oposição, iniciativas que se atém apenas a indicadores de processo e de produto não conseguem refletir de maneira estratégica sobre suas ações e propósito, e também, invariavelmente, pecam na compreensão e consequente comunicação de seus resultados e impactos.

Considerando a importância de uma abordagem holística e integrada à avaliação de impacto, sugere-se que, para alcançar e manter uma performance de sustentabilidade de alto nível, as empresas devam adotar práticas de monitoramento e avaliação que sejam tanto rigorosas quanto adaptáveis à realidade de cada iniciativa. À medida que o cenário empresarial continua a evoluir, a capacidade de avaliar e responder efetivamente ao impacto socioambiental das iniciativas de ISP será cada vez mais vista como um componente essencial da liderança em sustentabilidade.

5

**COMPARATIVO POR SETORES
ECONÔMICOS E NATUREZA
DAS EMPRESAS**



Quando analisados os resultados do **desempenho no ISE B3 relacionados ao tipo de empresa** respondente, foi identificado que empresas subsidiárias tendem a apresentar menor variação de desempenho no ISE B3, presumidamente devido ao controle das matrizes, necessidade de adaptação às regulamentações nacionais e internacionais, além da pressão dos investidores. O mesmo cenário se repete quando comparamos o desempenho dessas mesmas empresas agora relacionadas às suas notas dentro do eixo de Investimento Social Privado, conforme demonstram os gráficos 17 e 18.

Gráfico 17: Distribuição da performance no ISE de acordo com o tipo de empresa

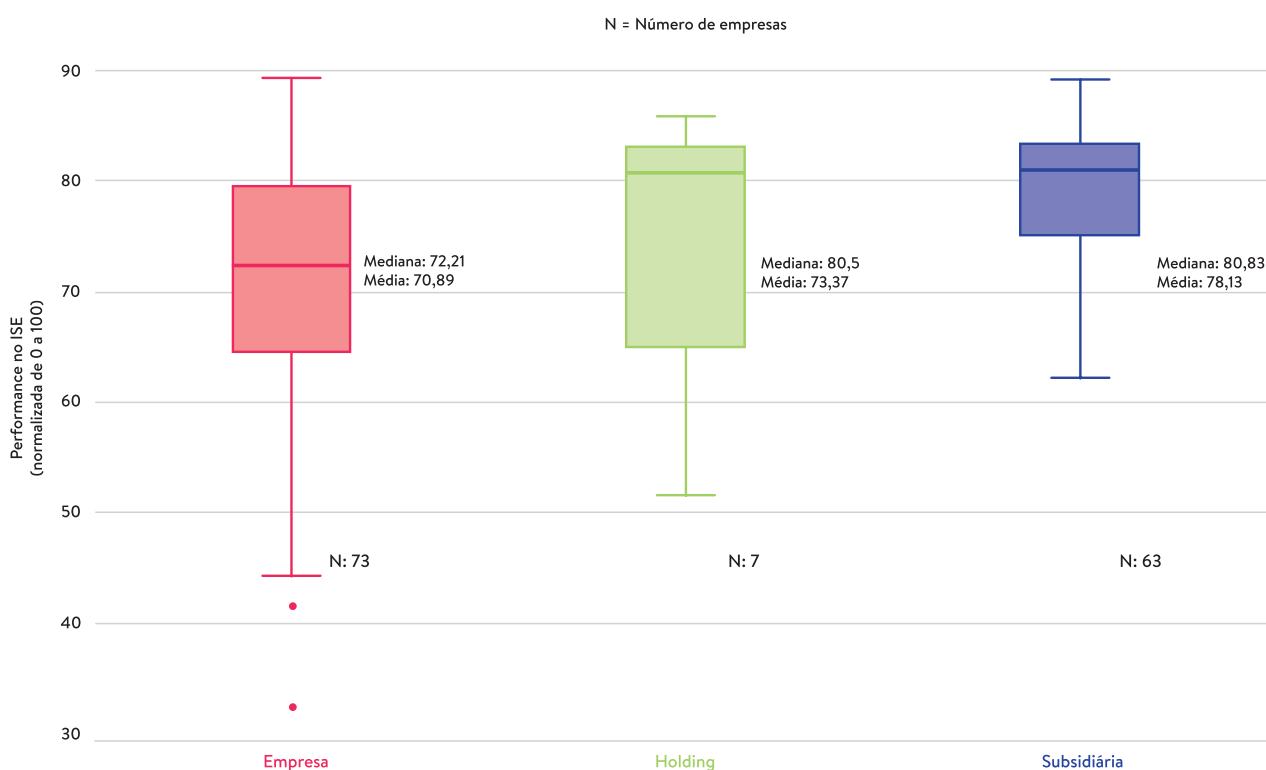
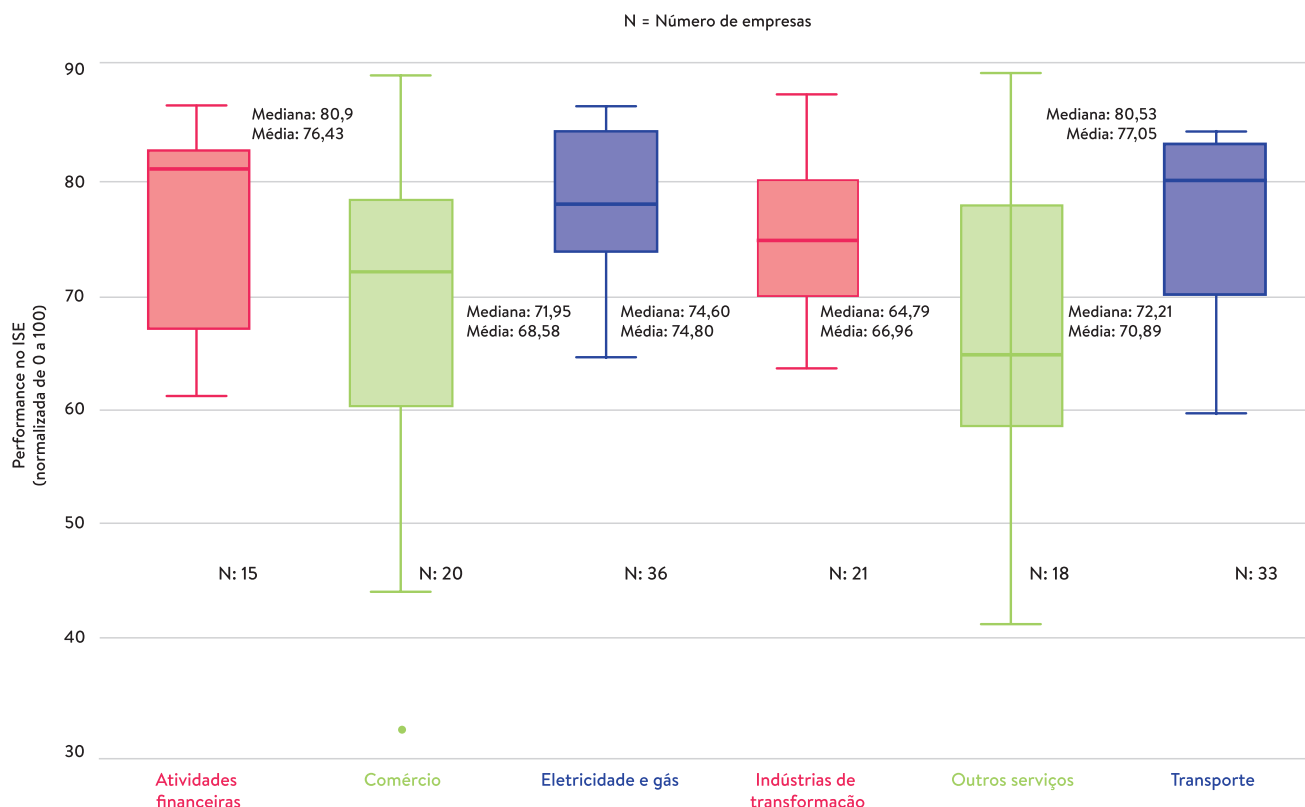


Gráfico 18: Distribuição da performance no ISE de acordo com o setor econômico (CNAE)



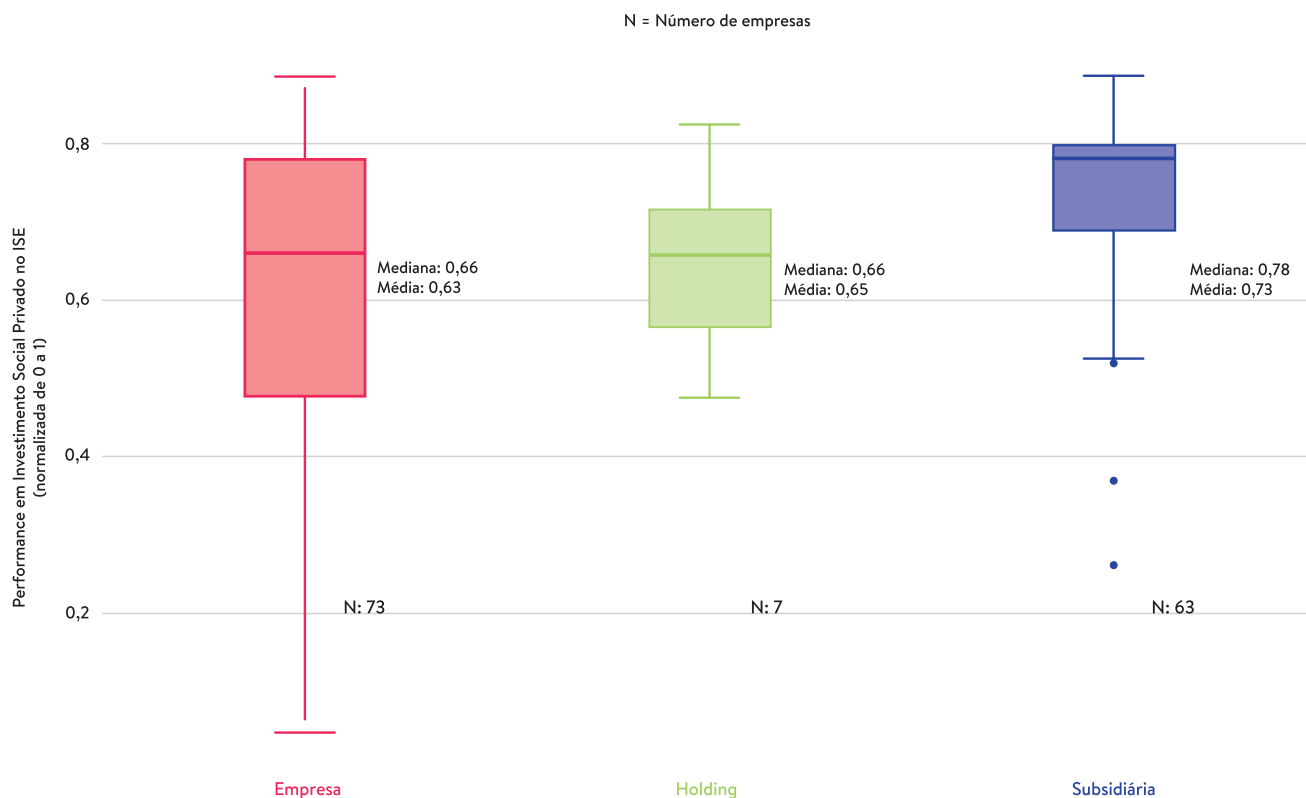
Para enriquecer as análises, foi realizada também uma segunda divisão entre as empresas respondentes, considerando a ‘Classificação Nacional das Atividades Econômicas’ (ou CNAE), sendo as categorias: (1) Atividades Financeiras; (2) Comércio; (3) Eletricidade e Gás; (4) Indústrias de Transformação; (5) Transporte e; (6) Outros Serviços.

Neste cenário, as notas de cada setor relacionadas ao ISE B3, os setores de Transporte, Eletricidade e Gás e Financeiro têm o maior desempenho mediano. Vale observar, entretanto, que no caso dos setores Financeiro e de Transportes, os gráficos demonstram uma linha mediana próxima ao limite superior do *boxplot*. Isso indica que aproximadamente metade das empresas possuem um desempenho muito alto, e a outra metade uma performance instável e muito distribuída abaixo da mediana.

Pode-se atribuir esse achado ao fato de serem setores com empresas muito consolidadas e com atuação em sustentabilidade empresarial de longa data (bancos comerciais e transportadoras de grande porte, por exemplo), mas também com a presença de novas empresas ainda avançando nesta jornada.

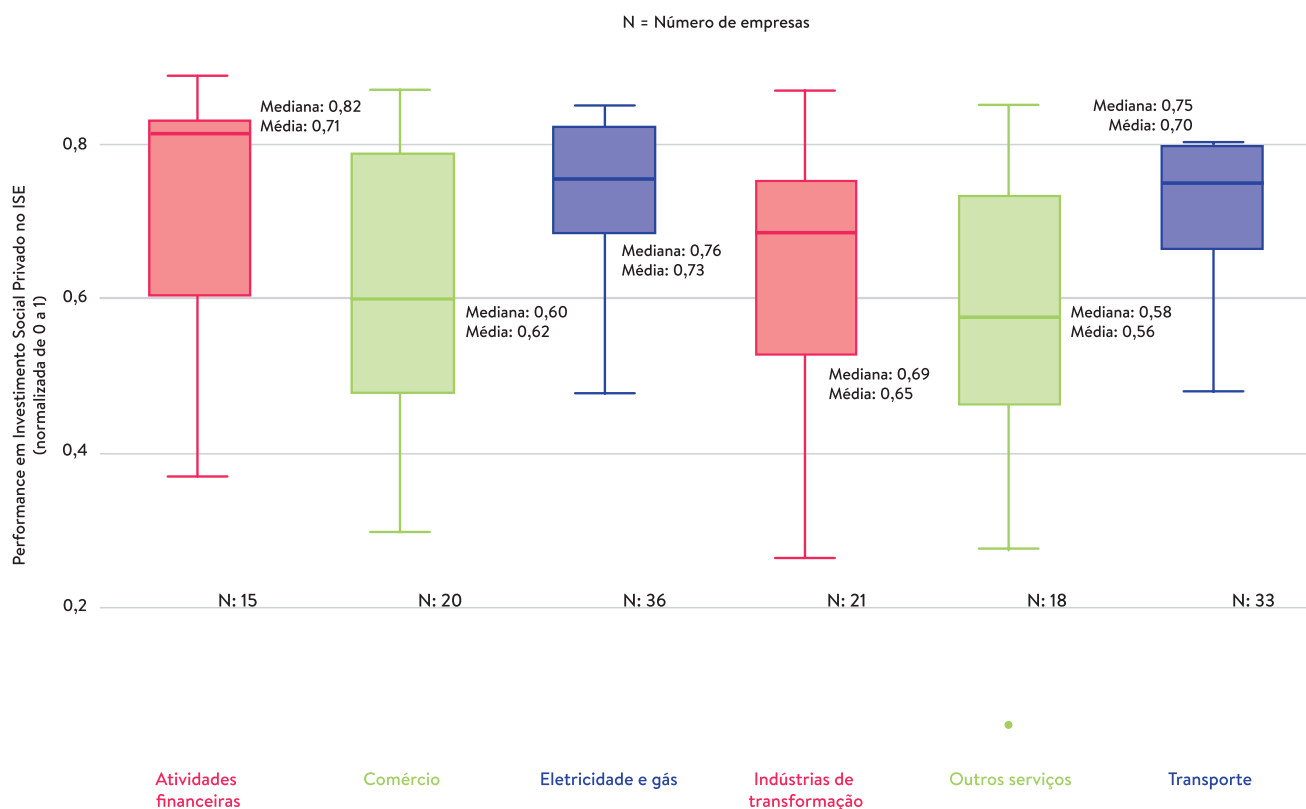
Vemos essa grande variação de performance, de forma ainda mais acentuada, acontecer nos setores de Comércio e Outros Serviços, conforme demonstra o gráfico 19.

Gráfico 19: Distribuição da performance em ISP de acordo com tipo de empresa



Quando as notas são distribuídas em comparação às notas das empresas de cada setor no Investimento Social Privado, um cenário muito similar acontece. O grande ponto de atenção nesse caso fica para as Indústrias de Transformação que, enquanto no ISE B3 possuem notas com uma variação um pouco mais estável, quando analisadas pelo viés do ISP, essa variação é muito maior, chegando a ter as empresas com as menores notas, ao lado do setor de serviços (gráfico 20).

Gráfico 20: Distribuição da performance em ISP de acordo com o setor econômico (CNAE)



PONTO DE VISTA

por Marcelo Modesto, gerente de projetos ESG

Chegou, enfim, a vez do S?

Pensar em setores econômicos e perfil de empresas é uma das interessantes possibilidades de se decupar os dados levantados por meio do questionário do ISE B3. É notório que a regulamentação de certas atividades econômicas leva a uma diferença na adoção de práticas de sustentabilidade, inclusive influenciando as práticas de investimento social privado de empresas. Em um cenário em que as regulamentações ESG crescem, analisar essas diferenças é uma boa forma de identificar tendências.

Uma pesquisa da consultoria ‘[ESG Book](#)’, especializada em gestão de dados, mostrou que, na última década, as regulamentações sobre reporte e práticas ESG cresceram 155%. Esse aumento rápido se repetirá nos próximos anos, como reflexo de intervenções baseadas na sustentabilidade empresarial e a necessidade de maneiras efetivas e transparentes de reportar resultados práticos para investidores e sociedade.

No Brasil, esse cenário regulatório teve avanços significativos nos últimos anos. Por exemplo, fomos o primeiro país do mundo a adotar oficialmente o padrão global para divulgações financeiras de sustentabilidade para empresas e fundos - o ISSB (*International Sustainability Standards Board*). As empresas brasileiras receberam o prazo até 2027 para padronizar seus reports, mas a recomendação já vale a partir deste ano ([veja um resumo do escritório Mattos Filho](#) e um [guia da XP investimentos](#) sobre o ambiente regulatório ESG no Brasil e no mundo).

[Outro estudo](#), realizado na China, já demonstrou que o investimento internacional é um importante catalisador da agenda ESG em mercados emergentes. Esse cenário que já é uma realidade lá fora e está chegando ao Brasil pode ajudar a explicar por que empresas subsidiárias, conforme os gráficos apresentados no estudo, apresentam menor variação no desempenho no ISE B3, além de um desempenho médio e mediano superior a empresas singulares. Um maior controle por parte das controladoras, além de uma adaptação à regulamentação nacional e internacional, somada à pressão dos investidores, pode explicar essa diferença.

É interessante observar também que, ao se fazer um recorte setorial, pelas atividades econômicas de acordo com o CNAE das empresas, percebe-se que, pela ordem, o setor Financeiro, Transporte e Eletricidade e Gás possuem o maior desempenho mediano no ISE B3. Ao se considerar a média, a ordem muda para Eletricidade e Gás, transporte e atividades financeiras, com o último sendo muito reduzido em função da performance de outras empresas de atividades financeiras, para além dos bancos listados no ISE B3, que tendem a possuir um desempenho mais robusto e práticas mais consolidadas.

No tópico de Investimento Social Privado e Cidadania Corporativa, o mesmo cenário se repete. Por outro lado, os setores de Comércio e Indústria de Transformação apresentam a maior distribuição de notas. No caso do último, trata-se de um setor com ampla diversidade de perfis de empresas, que possuem, por sua natureza, uma diferença na maturidade de práticas de autorregulamentação e relacionamento com a comunidade. Ou seja, em muitos casos, há uma alta dificuldade em se avaliar tópicos materiais para *stakeholders* externos e definição de impacto nas comunidades. No caso do setor de Comércio, a própria

definição de comunidade local – que pode ser um componente valioso na definição da estratégia de investimento social privado e gestão de riscos e oportunidades não financeiras – é extremamente complicada, dado o nível de dispersão de organizações varejistas.

Isso significa que os incentivos que estão sendo sinalizados para o mercado são para menor diversificação de investimentos sustentáveis? Não necessariamente. Uma nota técnica da S&P Global demonstrou que a alocação de capitais para empresas sustentáveis não requer o sacrifício da diversificação de portfólio. No entanto, é preciso que empresas tenham cada vez mais clareza da materialidade de seus impactos – e neste sentido, o avanço na produção de dados e conhecimento sobre o S do ESG será importante para setores que hoje possuem nesta letrinha seu principal desafio. Não à toa, comércio, indústrias de transformação e serviços entram diretamente nesta categoria.

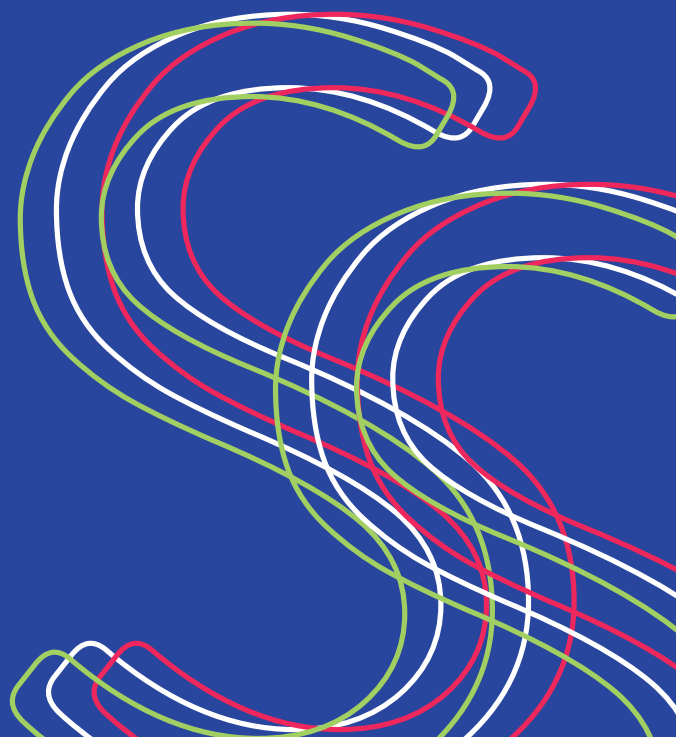
Pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, em 2016, demonstraram que empresas de setores mais sensíveis a riscos ambientais possuem uma melhor gestão desses riscos. O sinal, neste caso, é claro, indicando que a pressão de investidores e um maior potencial de regulamentação levam empresas a se movimentar e desenvolver estratégias adequadas de sustentabilidade empresarial.

Em um país com imensos desafios sociais como o Brasil, chegou a hora de avançarmos no **S** de forma embasada e estratégica. Para a sociedade civil, a lição de casa é aprofundar a produção de dados e metodologias que pressionem e embasem uma tomada de decisão estratégica pelas empresas. Para o mercado financeiro, é importante sinalizar a empresas que esses riscos estão sendo considerados na precificação de ativos. Finalmente, fica claro que chegou a vez de empresas e setores sensíveis a riscos sociais tomarem a iniciativa. O Investimento Social Privado, neste contexto, pode ser um poderoso aliado para impulsionar esse ecossistema.



6

PONTOS DE VISTA PARCEIROS



6.1

Desafios e Oportunidades: O Investimento Social Privado como Agente de Transformação

por Maurício Colombari, sócio e líder de ESG da PwC Brasil, e Renato Souza, diretor de Inclusão, Diversidade e Sustentabilidade Corporativa da PwC Brasil

No cenário global de investimentos, o papel dos valores ambientais, sociais e de governança (ESG) tem sido cada vez mais reconhecido como crucial para a gestão de ativos e pesquisa financeira de longo prazo. Nesse contexto, o Investimento Social Privado (ISP) tem emergido como uma prática empresarial crucial, com empresas se engajando cada vez mais em iniciativas voltadas para o desenvolvimento social e ambiental. Nesse ponto, vale ressaltar o contexto social e econômico do Brasil, um dos países com uma das maiores taxas de desigualdade social do mundo segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo o IBGE, 62,5 milhões de pessoas no Brasil vivem abaixo da linha de pobreza, o que corresponde a 29,4% da população total. Entre elas, 17,9 milhões estão em condições de extrema pobreza (8,4% dos cidadãos). Esses dados, além de alarmantes, reforçam a necessidade de impulsionamento das agendas sociais, sejam estas no âmbito da sociedade civil, governamental ou empresarial.

Entretanto, o crescimento desse engajamento empresarial em torno da agenda social destaca a necessidade de mecanismos robustos e confiáveis para a divulgação dos resultados e impactos dos investimentos realizados. A divulgação de práticas ESG ganhou destaque no cenário empresarial global, com organizações reconhecendo a importância de considerar esses aspectos em suas operações e consequentemente em suas divulgações.

No Brasil, o Ibovespa, como um dos principais índices de mercado, não está alheio a essa tendência. O relatório da PwC Brasil “Divulgação de ESG no Ibovespa, 2023” oferece uma análise detalhada das práticas adotadas pelas empresas listadas nesse índice. Uma das tendências observadas é o aumento na divulgação de informações relacionadas a questões ambientais e sociais, refletindo uma resposta às demandas crescentes por transparência e responsabilidade corporativa.

Apesar dos avanços, o relatório identifica áreas para melhorias, especialmente na divulgação de práticas de governança corporativa. Informações limitadas sobre estruturas de governança e políticas de remuneração podem comprometer a transparência e a prestação de contas das empresas aos seus stakeholders.

Além disso, o contexto atual é marcado pelo surgimento de novas normas e padrões, como as emitidas pela International Sustainability Standards Board (ISSB) em 26 de junho de 2023. Essas normas visam aumentar a confiança nas divulgações das empresas sobre sustentabilidade, oferecendo uma linguagem comum para relatar os efeitos dos riscos e oportunidades relacionados ao tema. É importante ressaltar que as normas trazem um foco inicial em questões relacionadas às mudanças climáticas, sendo que normas específicas para o reporte dos temas sociais serão emitidas posteriormente.

Esse fator denota um maior foco nas questões ambientais nas estratégias e reportes de sustentabilidade, enquanto as questões sociais não têm avançado no mesmo ritmo. É im-

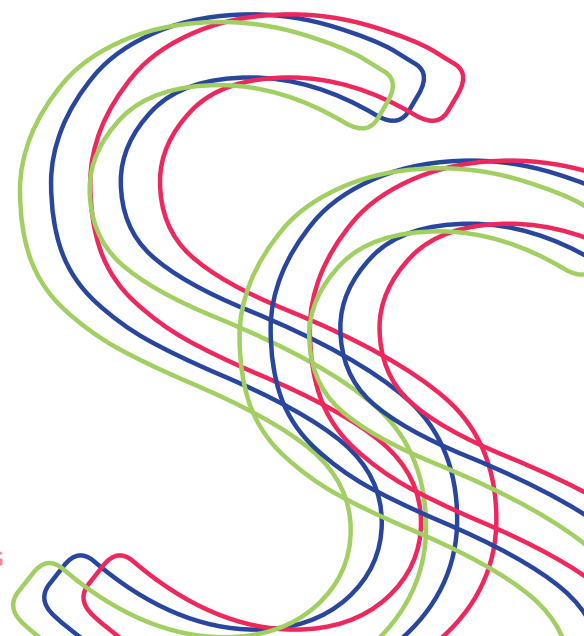
portante que as organizações incorporem os temas sociais em suas estratégias, inclusive em relação ao investimento social. Nesse contexto, se faz indispensável estabelecer uma relação entre a governança corporativa e o investimento social, seja ele privado ou incentivado. Sem uma governança eficaz voltada para as questões sociais, as estratégias sociais das empresas correm o risco de serem ineficazes e desconectadas de seu core business.

O ecossistema de Investimento Social Privado deve manter-se conectado e atualizado com os desdobramentos das agendas emergentes. Um exemplo notável disso é o crescente debate em torno das Finanças Sustentáveis. A Comissão Europeia conceitua finanças sustentáveis como o processo de considerar fatores ambientais, sociais e de governança ao tomar decisões de investimento, embora, na prática, haja uma ênfase maior nas questões ambientais e climáticas.

É fundamental destacar a interseccionalidade presente nesse debate. Quando abordamos a luta contra as desigualdades sociais - sejam elas relacionadas à classe, gênero, raça ou outras dimensões - estamos também discutindo os aspectos ambientais, como as mudanças climáticas e a influência das atividades humanas sobre a natureza. Portanto, o trabalho realizado no âmbito do Investimento Social Privado tem o potencial e a responsabilidade de abordar essas diversas facetas, especialmente considerando a realidade brasileira.

Em um mundo onde a consciência sobre os valores ambientais, sociais e de governança é crescente, o Investimento Social Privado emerge como uma ferramenta essencial para impulsionar a transformação positiva em sociedades desafiadas pela desigualdade. O Brasil, com suas complexas dinâmicas sociais e econômicas, destaca-se como um palco crítico onde esses esforços devem ser intensificados. Diante do imperativo de transparência e responsabilidade corporativa, é evidente que o progresso na divulgação das práticas ESG é uma jornada contínua.

Contudo, o verdadeiro impacto será alcançado somente quando as estratégias sociais das empresas estiverem plenamente alinhadas com uma governança sólida e sensível às questões sociais. Nesse contexto, o Investimento Social Privado ganha ainda mais relevância, sendo um catalisador essencial para uma mudança sustentável e inclusiva, capaz de abraçar a complexidade das necessidades sociais e ambientais do nosso tempo.



6.2

Indicadores de ISP são estratégicos para fortalecer agenda do desenvolvimento sustentável

por Patricia Loyola, diretora de Gestão e Investimento Social da Comunitas, e João Morais, coordenador de projetos de Investimento Social e Articulador da Rede BISC da Comunitas

A atuação privada passa por importante processo de transformação no âmbito do desenvolvimento sustentável, sendo crescente o reconhecimento de que as empresas cumprem papel relevante no enfrentamento e superação de desafios sociais. Eventos climáticos extremos, da mesma forma que aspectos como a deterioração da coesão social e o aumento do custo de vida, são enfatizados há algum tempo pelo Fórum Econômico Mundial como algumas das principais fontes de riscos à economia global nos próximos anos, implicando diretamente o setor privado à ação.

O monitoramento da atuação corporativa na temática social é claramente um desafio longe de ser superado. Pesquisa realizada pelo CECP (Chief Executives for Corporate Purpose) junto a empresas de todo o mundo revela que os fatores ‘S’ são considerados os mais complexos de serem mensurados dentro do âmbito ESG, indicação dada por 54% das empresas. A maior complexidade do ‘S’ também foi identificada no contexto brasileiro, pois 27% dos respondentes da Pesquisa BISC, da Comunitas, também indicaram maior dificuldade de medir e reportar o ‘S’, taxa superior àquelas obtidas para fatores ‘E’ e ‘G’. Tal dificuldade gera um descompasso relevante à medida que os requisitos e exigências de conformidade dos relatos ESG sigam evoluindo.

O acompanhamento do debate acerca da mensuração de fatores ‘S’ indica desafios basilares a serem superados. O estudo ‘What Gets Measured: Social Factor Coverage in Corporate ESG Frameworks’, conduzido pela HEC Paris em parceria com a S&P Global Ratings indica inconsistências em como as questões sociais são rotuladas, descritas e organizadas entre diferentes estruturas ESG, como padrões de relato não-financeiros e ratings. Entre os frameworks ESG analisados, verificou-se que a dimensão ‘S’ é a menos compreendida ou bem definida, gerando fortes inconsistências na cobertura de aspectos sociais e divergências entre diferentes padrões de reporte ou agências de rating. Além disso, um resultado merece ser particularmente destacado neste texto: fatores sociais ligados às relações e aos investimentos nas comunidades e aos impactos em grupos vulneráveis são aqueles com menor cobertura e sinergia entre diferentes estruturas ESG.

A construção de bons indicadores ‘S’ e de alguns consensos em torno de definições e parâmetros é fundamental para estruturar incentivos virtuosos à atuação empresarial e combater manipulação de informações – o socialwashing, variante do greenwashing –, especialmente em contextos regulatórios frágeis.

Os resultados trazidos por este estudo mostram que o Investimento Social Privado (ISP) confere robustez e consistência à sustentabilidade empresarial. De fato, a implementação de uma agenda de ISP gera condições para a empresa se posicionar em um ambiente mais amplo de enfrentamento de desafios sociais, a partir da compreensão de que tal superação precisa considerar questões econômicas, políticas, sociais e ambientais profundamente conectadas. A inundação histórica no Rio Grande do Sul é talvez o melhor exemplo dessa profunda conexão e da necessidade de o setor privado se colocar como participante da solução. A inteligência social desenvolvida pelo ISP está capacitando empresas para

atuar de forma proativa em todas as etapas da crise, seja no fortalecimento de estratégias preventivas nos territórios, seja na doação estratégica de recursos e capacidades durante a emergência, seja fortalecendo organizações sociais, políticas públicas e inovações voltadas à adaptação climática.

O BISC traz consigo um argumento de que o ISP também é estratégico na construção de indicadores 'S' robustos. Há anos nós monitoramos o ISP das empresas enquanto percentual do resultado financeiro, com preferência pelo lucro bruto, indicador pouco sensível a aspectos subjetivos, fácil de ser medido e que permite efetiva comparabilidade entre diferentes empresas. Para se proteger de comparações equivocadas, algumas boas práticas simples podem ser seguidas, como excluir do montante investido aquelas aplicações de caráter obrigatório por força legal e monitorar separadamente as aplicações voluntárias realizadas com recursos próprios e com recursos provenientes de leis de incentivo.

A pressão de movimentos “anti-ESG” e as oposições aos compromissos do desenvolvimento sustentável nos remete à contínua necessidade de produzir indicadores e evidências de qualidade acerca da sinergia entre performance financeira e geração de impacto social no mundo corporativo. A construção e o monitoramento de indicadores têm a função de alimentar o ciclo virtuoso do processo de formulação, implementação e avaliação de projetos sociais. Indicadores de qualidade e de relevância aprimoram as atividades realizadas e potencializam seu impacto, assim como a comunicação e o engajamento da empresa junto a seus stakeholders. Finalmente, bons indicadores cumprem papel vital na retroalimentação da agenda de sustentabilidade corporativa, no reforço de sua legitimidade e na garantia de sua perenidade.

7

ESTRATÉGIAS DE ISP QUE ALAVANCAM A AGENDA ESG



7.1

Principais achados do estudo

Iniciamos este projeto olhando para números em um arquivo em *Excel*. Uma enorme quantidade de números. As tabelas foram ajustadas, dúvidas foram esclarecidas e os gráficos começaram a ser gerados. A análise de cada um nos permitia testar hipóteses, descobrir novas tendências, identificar diferenças. E nos levavam a gerar ainda mais gráficos, com novos cruzamentos. Com o esqueleto em mãos, aprofundamos a análise, envolvendo profissionais do IDIS e parceiros, agregando seus pontos de vista. O resultado completo já foi conhecido e neste fechamento, reunimos os principais elementos revelados neste estudo:

A correlação entre Investimento Social Privado (ISP) e sustentabilidade empresarial é alta e manteve-se sempre entre as dez mais importantes no triênio 2022-2024.

Em 2022, a performance em ISP e Cidadania Corporativa das empresas respondentes do ISE ocupou a segunda maior correlação - dentre 59 tópicos que foram respondidos por todas as empresas. Em 2023, o ISP apareceu no quinto lugar de 63 tópicos; e em sexto lugar em 2024, dentre 59 tópicos. Apesar de ter perdido algumas posições, segue no topo do ranking, mostrando como é relevante sua contribuição.

O dado reforça a tese de que é preciso conectar as ações de ISP das empresas com os desafios do negócio e o propósito das marcas, além de buscar uma atuação estratégica que considere aspectos materiais do negócio e um bom mapeamento de partes interessadas e diferentes formas de engajá-las.

É interessante observar também que, no que diz respeito ao ISP, na maioria das vezes vemos uma relação de causa e efeito: um pilar evolui, desde que seja sustentado por uma base sólida; ao passo que a base só se mantém sólida se o pilar seguir evoluindo. É necessário reconhecer a complexidade de avaliar e gerenciar o impacto socioambiental de uma empresa e suas práticas de investimento social privado. Mais importante ainda, é fazê-lo em parceria.

Além disso, ações socioambientais devem ser complementares aos esforços empreendidos pelo Terceiro Setor, promovendo trocas que enriqueçam a atuação de todos os atores.

A atuação empresarial por meio de um veículo filantrópico influencia as práticas de Investimento Social Privado, mas desde que bem conectado com aos compromissos da empresa.

A performance no tópico de Investimento Social Privado é levemente melhor, na média e mediana, em empresas que possuem um veículo filantrópico, ou seja, que realizam parte ou a totalidade de seu ISP por meio de instituto ou fundação ligada à empresa.

Há também uma menor variância no desempenho em ISP e no ISE B3 de empresas que possuem veículo próprio, como se sua constituição também representasse um patamar mínimo de sucesso nesses quesitos.

Nota-se que é possível pontuar bem em sustentabilidade empresarial mesmo na ausência de veículos filantrópicos específicos, ao incorporar a responsabilidade social como

parte das operações e atribuindo a função a uma área interna. Por outro lado, eles permanecem estruturas importantes (ao lado de fundos filantrópicos, outra modalidade capaz de fomentar o co-investimento), que demarcam compromissos empresariais firmes diante de inúmeros dilemas e questões socioambientais.

Aqui, identifica-se que há uma influência direta entre a maturidade das ações de Investimento Social Privado e a atuação de um veículo filantrópico. A adoção de uma estrutura para a prática do ISP pode significar um compromisso alto com a sustentabilidade, mas sua mera existência não é garantia de que isso aconteça.

O olhar atento aos diferentes stakeholders e valorização do protagonismo local da sociedade civil é bastante importante.

Nos tópicos envolvendo consulta a partes interessadas para definição de prioridades de investimento e manutenção de canais abertos com a comunidade, as empresas que respondem não fazê-los chegam a ter a mediana 10 pontos menor do que as que dizem fazer.

Já as empresas que relatam valorizar o protagonismo de atores locais da sociedade civil em suas ações de ISP possuem uma performance significativamente maior do que as que respondem não considerar esse aspecto. Em 2024, a mediana chegou a 80,90 entre as que respondem que sim, em contraponto a 66,43 das que não consideram. Um cenário bastante similar pode ser observado nos tópicos que avaliam as condições de autossuficiência financeira que uma organização privada propõe a projetos apoiados.

Além da consulta e protagonismo, outro tópico importante quando pensamos em atuação com *stakeholders* é o exercício por meio de parcerias. Nesse sentido, a performance no ISE para empresas que dizem atuar em parceria com a comunidade para agendas coletivas, e com o poder público para execução de políticas públicas é significativamente melhor do que as que respondem não pensar nesses aspectos.

Diálogos locais, impacto social positivo coerente com o negócio da empresa, canais abertos e transparência do ISP movem o ponteiro de atuação e exigem das empresas novos olhares. Novamente aqui, identifica-se uma via de mão dupla. As empresas, ao ouvirem e investirem de acordo com as demandas locais e ao estabelecerem processos de construção coletiva, contribuem para o fortalecimento das organizações sociais, que ficam melhor estruturadas, mais sólidas e robustas. Essas organizações ganham maior capacidade para gerar impactos positivos e resultados mais sustentáveis. Um ciclo virtuoso em que todos ganham, em especial, a sociedade.

Empresas que avaliam o resultado de suas iniciativas de ISP apresentaram uma performance superior no ISE B3 como um todo.

Entre 2022 e 2024 houve um aumento significativo nas notas das empresas que dizem avaliar o resultado de iniciativas apoiadas por meio do Investimento Social Privado. A diferença da nota mediana daquelas que não adotam essa prática chega a 20 pontos para mais, entre as organizações que possuem políticas de avaliação.

Em outras palavras, empresas que diligentemente monitoram e avaliam suas iniciativas de ISP demonstram uma curva de crescimento acentuada em sua performance de sustentabilidade. Esse crescimento é atribuído ao aprendizado contínuo e à capacidade de adaptação, evidenciando como a avaliação de impacto transcende a mera conformidade, tornando-se um vetor de inovação e melhoria contínua.

Projetos sociais acabam por gerar impactos positivos não intencionais e que passariam despercebidos caso não houvesse uma avaliação que levasse em conta, por exemplo, a percepção dos beneficiários quanto às mudanças positivas geradas em suas vidas. Em oposição, iniciativas que se atêm apenas a indicadores de processo e de produto não somente não conseguem refletir de maneira mais estratégica sobre suas ações e propósito, bem como, invariavelmente, pecam na compreensão e, conseqüentemente, na comunicação de seus resultados e impactos.

Setores de Transporte, Eletricidade & Gás e Financeiro têm o maior desempenho mediano tanto no ISE B3 quanto em ISP.

No caso do setor Financeiro e de Transportes, a distribuição e o padrão de notas é muito mais variado, se comparado aos outros dois citados.

Pode-se atribuir esse achado ao fato haver uma grande diversidade de perfis de empresas nesses setores. Por um lado, há organizações consolidadas e com atuação em sustentabilidade empresarial de longa data (bancos comerciais e transportadoras de grande porte, por exemplo), por outro, há também pequenas empresas e *startups*, que ainda estão avançando nesta jornada.

Os setores de Comércio e Indústria de Transformação apresentam a maior distribuição de notas.

Nesse aspecto, é importante observar que tratam-se de setores com uma menor autorregulamentação, além de que, em muitos casos, é alta a dificuldade em se avaliar tópicos materiais para *stakeholders* externos e definição de impacto nas comunidades. Em alguns casos, principalmente no setor de Comércio, a própria definição de comunidade local – que pode ser um componente valioso na definição da estratégia de investimento social privado e gestão de riscos e oportunidades não financeiras – é extremamente complicada, dado que os mercados, em geral, são pulverizados.

7.2

Mapa estratégico e recomendações finais

QUADRANTE C

OPORTUNIDADE DE DIFERENCIAÇÃO

Práticas que tem alta contribuição para a performance no ISE B3, mas ainda são pouco adotadas. São oportunidades valiosas para empresas que queiram se diferenciar por meio de uma atuação estratégica em causas e tópicos sociais.

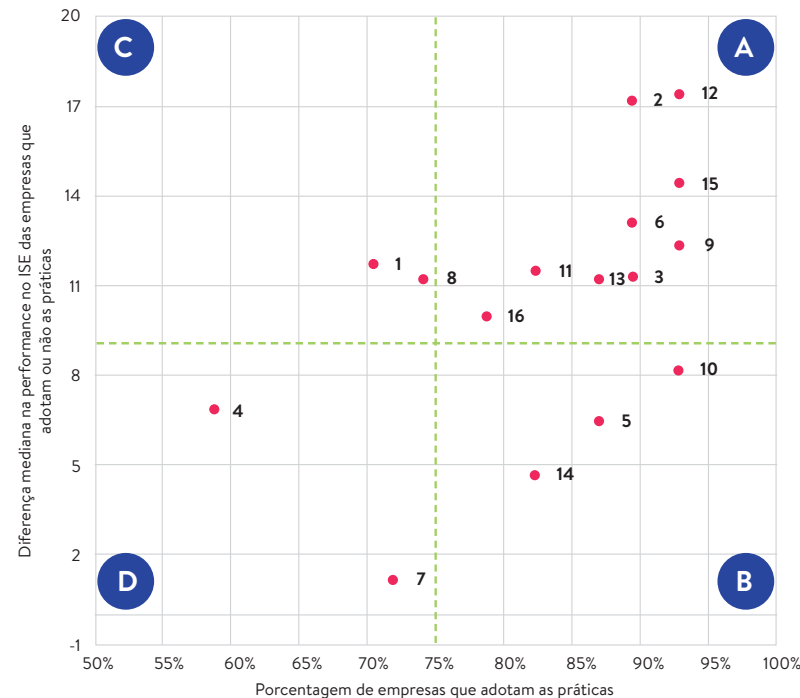
1. Realiza auditoria sobre os resultados e gestão das iniciativas apoiadas.
8. Atua em parceria com o poder público em nível municipal, estadual ou federal na formulação ou execução de alguma política pública.

QUADRANTE D

EFETIVIDADE E GESTÃO

Ações menos adotadas e com menos impacto na performance no ISE B3, mas que ajudam a garantir maior efetividade e gestão do investimento social privado e sustentabilidade empresarial.

4. Propõe a criação de condições de autossuficiência financeira e organizacional dos projetos apoiados (visão longo prazo).
7. Conforme seja cabível, atua por meio de uma organização sem fins lucrativos legalmente constituída para realizar seu ISP.



QUADRANTE A

EQUIPARAÇÃO AOS PARES

Práticas de ISP que são amplamente adotadas por empresas e que tem alta contribuição para a performance no ISE B3. Empresas que não as praticam, podem implementar para se equiparar às outras respondentes.

2. Define de forma clara a estratégia, indicadores e metas para a avaliação dos resultados das iniciativas apoiadas.
3. Possui uma área com equipe dedicada ao ISP dentro da companhia.
6. Divulga os investimentos realizados em suas publicações anuais.
9. Atua em parceria com a comunidade e outros stakeholders na formulação ou execução de alguma agenda coletiva.
11. Participa de conselhos, comitês (ou órgãos similares) para debater o desenvolvimento local.
12. Contribui na construção participativa de políticas públicas e/ou de agendas coletivas de desenvolvimento sustentável.
13. Atribui prioridade aos investimentos sociais estruturantes e convergentes com as políticas públicas.
15. Valoriza o protagonismo dos atores locais e o fortalecimento da sociedade civil.
16. Dialoga e mantém canais abertos com a comunidade para a definição dos investimentos sociais.

QUADRANTE B

BUSCA POR EXCELÊNCIA

Apesar de serem adotados por um grande número de empresas, não produzem resultados tão expressivos. São, entretanto, passos relevantes para se ter um ISP estratégico e alinhado aos anseios da empresa e sociedade.

5. Realiza consultas com stakeholders relevantes para a definição das prioridades de investimento.
10. Considera políticas públicas como uma referência geral para a definição dos investimentos sociais.
14. Estabelece indicadores de acompanhamento das metas estabelecidas, monitora, avalia e comunica os resultados.

No **Quadrante A** estão as práticas que são amplamente adotadas e que tem alta contribuição para a performance no ISE B3. Por exemplo, a definição de indicadores e metas para a avaliação das iniciativas apoiadas e a dedicação exclusiva de equipes para gestão do ISP se encaixam nesta categoria, que pode ser chamada de equiparação aos pares, pois reúne ações que podem ser adotadas por outras empresas para se compararem ao grupo de empresas que respondem ao ISE B3.

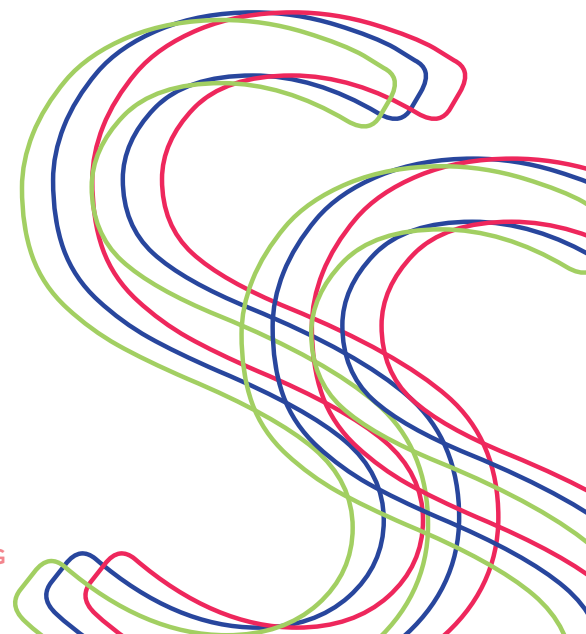
No **Quadrante B** estão as práticas que demonstram um comprometimento com a excelência. Apesar de serem adotadas por um grande número de empresas, não produzem resultados tão expressivos. São, entretanto, passos relevantes para se ter um ISP estratégico e alinhado aos anseios da empresa e sociedade. Por exemplo, se encaixam nesta categoria, a consulta a *stakeholders* para definição de prioridades e alinhamento com agendas coletivas.

A realização de auditorias em projetos apoiados e atuação em parceria com o poder público são ações menos adotadas por empresas e que possuem alta influência no desempenho do ISE B3 como um todo e, portanto, são oportunidades valiosas para empresas que queiram se diferenciar por meio de uma atuação estratégica em causas e tópicos sociais. Esses achados estão representados no **Quadrante C**.

Por fim, no **Quadrante D**, estão ações como a criação de condições de autossuficiência para projetos apoiados e a atuação por meio de veículos filantrópicos, que ajudam a garantir maior efetividade e gestão do investimento social privado e sustentabilidade empresarial.

O ISP estratégico não é uma receita de bolo, e cada caso deve ser tratado individualmente, por meio de um amplo processo de diagnóstico, planejamento estratégico, definição de recursos alocados, gestão efetiva das doações e programas próprios executados pela empresa, além de processos contínuos de monitoramento e avaliação. A análise ancorada em dados contribuiu para melhores recomendações. Esperamos que este estudo inspire empresas, independentemente de seus níveis de maturidade na agenda ESG e no investimento social privado para a adoção de estratégias que potencializem a geração de impactos socioambientais positivos, alinhadas aos objetivos de negócio.

Enfrentamos desafios muito complexos e por isso, mais que nunca, é necessária a participação das empresas no desenho e implantação de soluções que podem trazer mais justiça, equidade e sustentabilidade ao nosso planeta.



REALIZAÇÃO:



APOIO MASTER:



APOIO:



PARCERIA TÉCNICA:

